

**2012**  
**fevereiro**

**Síntese da Execução Orçamental**

Ministério das Finanças

Direcção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental  
Publicação mensal  
Elaborado com Informação disponível até 20 de fevereiro

Direcção-Geral do Orçamento  
Telefone: 21 884 63 00  
Fax: 21 882 49 62  
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>  
Endereço *email*: [dgo@dgo.pt](mailto:dgo@dgo.pt)

<b>I - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS .....</b>	<b>3</b>
SÍNTESE GLOBAL .....	3
<b>II - SUBSETOR ESTADO.....</b>	<b>7</b>
SÍNTESE .....	7
RECEITA .....	8
DESPESA .....	14
<b>III - SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....</b>	<b>17</b>
SÍNTESE .....	17
<b>SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (SFA EXCLUINDO EPR) .....</b>	<b>18</b>
RECEITA .....	19
DESPESA .....	19
<b>ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR) .....</b>	<b>20</b>
RECEITA .....	20
DESPESA .....	21
<b>IV - SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE .....</b>	<b>22</b>
SÍNTESE .....	22
RECEITA .....	23
DESPESA .....	23
<b>V - SEGURANÇA SOCIAL.....</b>	<b>24</b>
SÍNTESE .....	24
RECEITA .....	26
DESPESA .....	26
<b>VI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL .....</b>	<b>27</b>
SÍNTESE .....	27
RECEITA .....	28
DESPESA .....	28
<b>VII - ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....</b>	<b>29</b>
SÍNTESE .....	29
RECEITA .....	30
DESPESA .....	30



## SÍNTESE GLOBAL

- O saldo global provisório da Administração Central e da Segurança Social na ótica da Contabilidade Pública de janeiro de 2012 situou-se em 327 milhões de euros. Este valor inclui o resultado das Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), que passaram a integrar o perímetro da Administração Central.

### Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação objetivo Relatório OE/2012 com execução 2012

	janeiro 2011	2012 (*)		€ Milhões
		Objetivo OE	janeiro	Grau de Execução (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>4.947,3</b>	<b>64.535,7</b>	<b>4.986,6</b>	<b>7,7</b>
Impostos diretos	1.228,0	14.357,4	997,5	6,9
Impostos indiretos	1.680,5	23.021,7	1.770,9	7,7
Contribuições de Segurança Social	1.609,0	17.774,3	1.623,5	9,1
Outras receitas correntes	429,7	9.382,2	594,7	6,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	2,4	83,2	3,7	4,4
<b>Receita de capital</b>	<b>185,2</b>	<b>2.150,5</b>	<b>111,4</b>	<b>5,2</b>
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1,4	20,6	0,1	0,6
<b>Receita efetiva</b>	<b>5.132,5</b>	<b>66.686,2</b>	<b>5.098,0</b>	<b>7,6</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>4.763,2</b>	<b>69.121,3</b>	<b>4.402,7</b>	<b>6,4</b>
Consumo público	1.619,7	24.406,3	1.554,7	6,4
Despesas com o pessoal	993,3	12.390,0	915,9	7,4
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	626,4	12.016,3	638,7	5,3
Subsídios	104,2	1.568,8	62,8	<b>4,0</b>
Juros e outros encargos	106,3	9.168,2	134,7	1,5
Transferências correntes	2.933,1	33.978,1	2.650,6	<b>7,8</b>
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	200,6	1.961,7	182,0	9,3
<b>Despesa de capital</b>	<b>296,1</b>	<b>5.019,2</b>	<b>367,9</b>	<b>7,3</b>
Investimento	11,4	2.764,4	140,0	5,1
Transferências de capital	283,8	2.225,7	225,1	10,1
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	206,3	1.362,1	158,9	11,7
Outras despesas de capital	0,8	29,1	2,7	9,4
<b>Despesa efetiva</b>	<b>5.059,3</b>	<b>74.140,5</b>	<b>4.770,6</b>	<b>6,4</b>
<b>Saldo global</b>	<b>73,2</b>	<b>-7.454,4</b>	<b>327,4</b>	
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	184,1	-4.585,6	583,9	
Despesa corrente primária	4.656,9	59.953,1	4.268,0	7,1
Saldo corrente primário	290,4	4.582,5	718,6	
Saldo de capital	-110,9	-2.868,7	-256,5	
Despesa primária	4.953,0	64.972,3	4.635,9	7,1
<b>Saldo primário</b>	<b>179,5</b>	<b>1.713,8</b>	<b>462,1</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

(\*) Em 2012 incluem-se Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) no âmbito da Administração

Em virtude do alargamento em 2012 do perímetro da conta das Administrações Públicas a um conjunto de EPR, não se procede à comparação com o período homólogo.

- Não considerando EPR, o saldo da Administração Central e da Segurança Social registou uma melhoria de 117 milhões de euros quando comparado com o observado em janeiro de 2011. Para este resultado contribuiu a redução do défice do Estado em 306 milhões de euros, enquanto os saldos das Fundos e Serviços Autónomos e da segurança Social reduziram-se em 108 e 81 milhões de euros, respetivamente.
- O valor provisório do défice do Estado de janeiro de 2012 situou-se em 436 milhões de euro. A receita efetiva registou uma diminuição de 6,1% face ao mesmo período de 2011. A variação homóloga da despesa efetiva situou-se em -12,7%.
- O subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos que, pela primeira vez integra as entidades públicas reclassificadas na administração central, registou um excedente de 534 milhões de euros, sendo que, excluindo estas entidades, o saldo se situa nos 397 milhões de euros. O saldo global das EPR ascendeu a 137,3 milhões euros, sendo sobretudo justificado pela transferência do OE para a RTP destinada à amortização de passivos financeiros.
- O saldo global da execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde de 2012 situou-se em 41 milhões de euros, resultado que representa uma melhoria de 3 milhões de euros face a janeiro de 2011. Este resultado reflete uma redução da despesa, em termos percentuais, superior à variação verificada na receita, originada, essencialmente, pelo facto do decréscimo da despesa com subcontratos ser mais intenso que a diminuição da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado.
- O saldo global do subsector da Segurança Social registou, em janeiro de 2012, um excedente de 229 milhões de euros, menos 81 milhões de euros do que em igual período do ano transato, em resultado do acréscimo da despesa, o qual foi mais acentuado que o observado na receita (6,2% e 1,2%, respetivamente).

Receita, Despesa e Saldo Global da Administração Central e Segurança Social - 2012 / 2011

€ Milhões

	Período	Receita		Despesa		Saldo		VH(%)	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012	Receita	Despesa
Administração Central									
Estado	janeiro	3.173	2.981	3.915	3.417	-742	-436	-6,1	-12,7
Serviços e Fundos Autónomos sem EPR's	janeiro	1.979	1.803	1.473	1.406	505	397	-8,9	-4,6
EPR	janeiro		364		226		137		
Segurança Social	janeiro	1.994	2.017	1.684	1.788	310	229	1,2	6,2

## Conta Consolidada das Administrações Públicas em 2011 (contabilidade pública)

Em 2011, o saldo global das administrações públicas (AP) na ótica da contabilidade pública foi de -5,6 mil milhões de euros, refletindo uma melhoria face ao valor registado em 2010.

Conta consolidada das Administrações Públicas (ótica da contabilidade pública)	2010		2011		€ Milhões	
	Execução		Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (%) (2)/(1)	2011	
	(1)	(2)				
<b>Receita corrente</b>	<b>63.250,0</b>	<b>66.005,2</b>	<b>2.755,2</b>	<b>4,4</b>		
Impostos directos	16.608,2	17.933,6	1.325,5	8,0		
Impostos indirectos	20.612,4	21.188,8	576,4	2,8		
Contribuições de Segurança Social	17.908,8	18.149,7	240,9	1,3		
Outras receitas correntes	8.120,7	8.733,1	612,4	7,5		
<b>Receita de capital</b>	<b>4.170,8</b>	<b>5.873,3</b>	<b>1.702,6</b>	<b>40,8</b>		
<b>Receita efectiva</b>	<b>67.420,8</b>	<b>71.878,5</b>	<b>4.457,7</b>	<b>6,6</b>		
<b>Despesa corrente</b>	<b>73.278,9</b>	<b>72.373,0</b>	<b>-906,0</b>	<b>-1,2</b>		
Consumo público	31.739,0	29.874,1	-1.864,9	-5,9		
Despesas com o Pessoal	18.269,8	16.670,0	-1.599,8	-8,8		
Aquisição de Bens Serv. E Outras Desp. Corr.	13.469,2	13.204,0	-265,1	-2,0		
Subsídios	2.220,7	2.041,2	-179,5	-8,1		
Juros e Outros Encargos	5.144,9	6.265,2	1.120,3	21,8		
Transferências correntes	34.174,2	34.192,5	18,3	0,1		
<b>Despesa de capital</b>	<b>5.686,4</b>	<b>5.103,7</b>	<b>-582,8</b>	<b>-10,2</b>		
Investimentos	4.079,1	2.791,7	-1.287,4	-31,6		
Transferências de Capital	1.443,5	2.232,2	788,7	54,6		
Outras despesas de capital	163,9	79,7	-84,1	-51,3		
<b>Despesa efectiva</b>	<b>78.965,4</b>	<b>77.476,7</b>	<b>-1.488,7</b>	<b>-1,9</b>		
<b>Saldo global</b>	<b>-11.544,6</b>	<b>-5.598,1</b>	<b>5.946,4</b>			
Saldo corrente	-10.028,9	-6.367,8	3.661,1			
Despesa corrente primária	68.134,0	66.107,8	-2.026,2	-3,0		
Saldo corrente primário	4.884,0	-102,6	-4.986,6			
Saldo de capital	-1.515,7	769,7	2.285,3			
Despesa primária	73.820,4	71.211,5	-2.609,0	-3,5		
Saldo primário	-6.399,7	667,0	7.066,7			

Fonte: Ministério das Finanças

Esta evolução globalmente positiva reflete o efeito das medidas de consolidação orçamental entretanto implementadas compensando em parte os efeitos pró-cíclicos na receita e na despesa. No conjunto das AP, a receita efectiva aumentou 6,6% enquanto a despesa primária diminuiu 3,5%, mais acentuada que a da despesa efectiva, refletido o aumento do custo da dívida pública.

A receita corrente da AP registou um aumento de 2 755 milhões de euros refletindo entre outros, os efeitos da sobretaxa extraordinária de IRS, do aumento das taxas de IVA e as contribuições para a ADSE. O aumento da receita de capital reflete a transferência dos fundos de pensões bancários para o Estado, no montante de 3 263 milhões de euros.

A despesa total apresentou uma redução de 1489 milhões de euros, enquanto a despesa corrente primária decresceu 2026 milhões de euros. As despesas de pessoal apresentaram uma redução de 1600 milhões de euros. Esta redução reflete quer a redução de vencimentos na AP, quer a redução do emprego que se acentuou no segundo semestre.

A despesa de capital reduziu-se em 583 milhões de euros, apesar do aumento das regularizações financeiras relativas a concessões rodoviárias (849 milhões de euros) que quase compensou o efeito base relativo à aquisição de material militar em 2010, no montante de 1001 milhões de euros.

De notar que o saldo das administrações públicas tomado por referência no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), difere do saldo na ótica da contabilidade pública, aqui apresentado, por incluir ajustamentos ao universo das entidades das AP e ajustamentos metodológicos, entre os quais, a reclassificação de alguns ativos financeiros e a contabilização da variação de dívidas a fornecedores.

## SÍNTESE

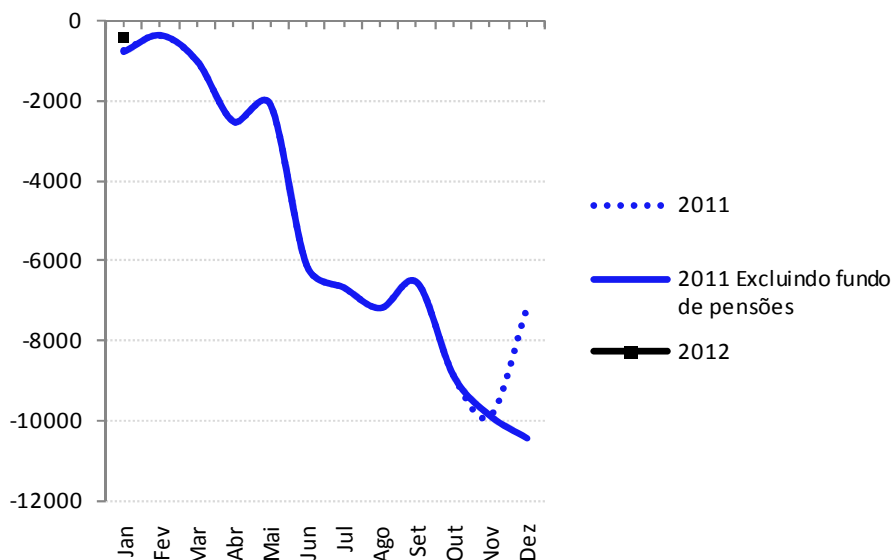
## Execução Orçamental do Estado (janeiro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
<b>Receita corrente</b>	<b>3.034,3</b>	<b>2.887,4</b>	<b>7,9</b>	<b>7,4</b>	<b>-4,8</b>	<b>-4,6</b>
Receitas fiscais	2.828,6	2.606,3	8,2	7,4	-7,9	-7,0
Outras receitas correntes	205,7	281,1	4,8	7,9	36,7	2,4
<b>Receita de capital</b>	<b>138,9</b>	<b>93,2</b>	<b>11,0</b>	<b>24,8</b>	<b>-32,9</b>	<b>-1,4</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>3.173,2</b>	<b>2.980,6</b>	<b>8,0</b>	<b>7,6</b>	<b>-6,1</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>3.645,6</b>	<b>3.055,5</b>	<b>7,8</b>	<b>7,0</b>	<b>-16,2</b>	<b>-15,1</b>
Despesa corrente primária	3.540,7	2.931,1	8,8	8,2	-17,2	-15,6
Juros e outros encargos	104,9	124,3	1,6	1,6	18,5	0,5
<b>Despesa de capital</b>	<b>269,8</b>	<b>361,1</b>	<b>7,7</b>	<b>13,9</b>	<b>33,8</b>	<b>2,3</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>3.915,4</b>	<b>3.416,6</b>	<b>7,8</b>	<b>7,4</b>	<b>-12,7</b>	
<b>Despesa primária</b>	<b>3.810,5</b>	<b>3.292,2</b>	<b>8,7</b>	<b>8,6</b>	<b>-13,6</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-742,2</b>	<b>-436,0</b>				
Saldo corrente	-611,3	-168,1				
Saldo de capital	-130,9	-267,9				
Saldo primário	-637,3	-311,6				

Fonte: Ministério das Finanças

- A receita efetiva regista uma quebra 6,1% face 2011, por via essencialmente da receita fiscal que contribuiu para aquele resultado em 7 p.p..
- A despesa efetiva do Estado registou um decréscimo de 12,7%, enquanto a despesa primária se reduziu em 13,6%.
- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2011 e 2012, individualizando o efeito, em 2011, da transferência proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões do sector bancário de 3,3 mil milhões de euros.

Gráfico 1 - Saldo Global (milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

### RECEITA

- Em janeiro de 2012, a **receita fiscal** registou um decréscimo de 7,9% face a igual período do ano precedente, explicado pela variação negativa de 18,8% dos impostos diretos e pela variação positiva de 0,5% dos impostos indiretos.
- No entanto, retirando o efeito das receitas atípicas, nomeadamente em sede de IRC, ocorridas em Janeiro de 2011 em resultado da antecipação generalizada da distribuição de dividendos ocorrida em Dezembro de 2010<sup>1</sup> (*vide gráfico das receitas de IRC em Janeiro nos últimos 4 anos*), a receita fiscal registaria um decréscimo de cerca de 1,6% face ao período homólogo de 2011, explicado pela variação negativa de cerca de 4,8% nos impostos diretos e pela variação positiva de 0,5% nos impostos indiretos.

<sup>1</sup> Esta antecipação generalizada da distribuição de dividendos esteve associada às alterações legislativas relativas à tributação dos dividendos introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2011.

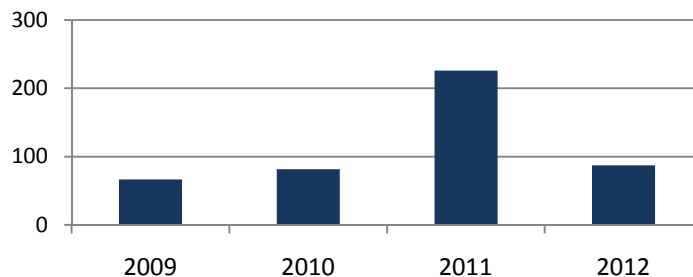
## Execução Orçamental da Receita do Estado (janeiro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
<b>Receita fiscal</b>	<b>2.828,6</b>	<b>2.606,3</b>	<b>8,2</b>	<b>7,4</b>	<b>-7,9</b>	<b>-7,0</b>
Impostos diretos	1.228,0	997,5	8,4	7,0	-18,8	-7,3
- IRS	952,9	909,9	9,1	9,5	-4,5	-1,4
- IRC	226,0	87,4	5,4	1,8	-61,3	-4,4
- Outros	49,1	0,2	438,4	0,4	-99,6	-1,5
Impostos indiretos	1.600,6	1.608,8	8,1	7,7	0,5	0,3
- ISP	210,3	190,7	8,8	8,4	-9,3	-0,6
- IVA	974,0	1.029,1	7,3	7,0	5,7	1,7
- Imposto sobre veículos	89,7	50,3	11,4	6,8	-43,9	-1,2
- Imposto consumo tabaco	135,2	154,0	10,0	11,1	13,9	0,6
- IABA	20,1	23,1	10,4	11,0	14,9	0,1
- Imposto de Selo	153,4	139,9	10,1	10,0	-8,8	-0,4
- Imposto Único de Circulação	15,0	18,5	9,4	10,4	23,3	0,1
- Outros	2,9	3,2	3,8	5,4	10,3	0,0
<b>Receita não fiscal</b>	<b>344,6</b>	<b>374,3</b>	<b>6,3</b>	<b>9,5</b>	<b>8,6</b>	<b>0,9</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>3.173,2</b>	<b>2.980,6</b>	<b>8,0</b>	<b>7,6</b>	<b>-6,1</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinaram a variação homóloga dos impostos diretos são:
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se uma variação negativa face ao período homólogo de 4,5%. Este decréscimo resulta de uma: (i) diminuição de 4,4% na receita bruta, (ii) reforçada por um aumento de 12,0% nos reembolsos face ao mesmo mês do ano transato (vide tabela de reembolsos).
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se uma variação homóloga negativa de 61,3%. Este decréscimo resulta de: (i) diminuição de 41,4% na receita bruta, (ii) reforçada por um aumento de 160,1% nos reembolsos face ao período homólogo (vide tabela de reembolsos). Retirando o efeito referente à antecipação da distribuição de dividendos anteriormente referida, a receita líquida de IRC registaria uma taxa de variação homóloga negativa de cerca de 7,4%.
  - Outros – Em janeiro de 2011, a título excecional, foi registado o valor de 49 milhões de euros referente às regularizações efetuadas no final do mês de Dezembro de 2010 no âmbito do Regime Excecional de Regularização Tributária (RERT II), valor que também não se repete em janeiro de 2012.

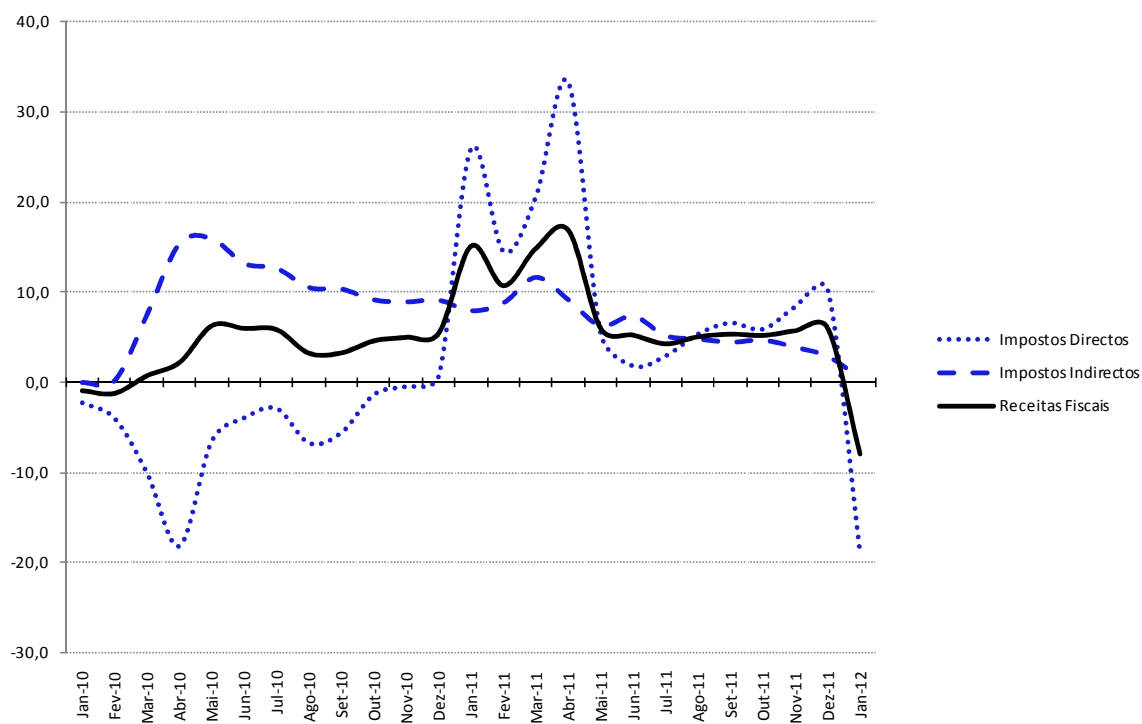
Gráfico 2 - Receitas de IRC em janeiro entre 2009 e 2012 (milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos indiretos são:
  - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se um aumento de 5,7% na receita face ao ano de 2011. Esta variação explica-se por: (i) aumento de 1,4% na receita bruta, (ii) diminuição de 12,7% nos reembolsos (vide tabela de reembolsos).
  - Imposto sobre Veículos (ISV) – a receita regista uma variação homóloga negativa de 44%. Esta variação deve-se à forte contração na venda de veículos.
  - Imposto do Selo (IS) - a receita regista uma variação homóloga de -8,8% resultante do decréscimo de operações financeiras.
  - Imposto sobre o Tabaco (IT) – a receita líquida regista um aumento de 13,9% face ao período homólogo.
  - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – verifica-se uma variação homóloga negativa de 9,3%, resultante da contração do consumo verificada, em particular nas gasolinas e gasóleos.

Gráfico 3 - Evolução da receita fiscal – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

- Em janeiro de 2012, os reembolsos registaram decréscimo de 0,5% face ao período homólogo de 2011.

## Reembolsos (janeiro)

	Milhões de euros		VH (%)
	2011	2012	
<b>Impostos Directos</b>	<b>30,7</b>	<b>66,2</b>	<b>115,7</b>
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	7,1	7,9	12,0
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	22,3	58,1	160,1
Outros	1,3	0,1	-90,0
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>304,3</b>	<b>267,1</b>	<b>-12,2</b>
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	10,3	7,7	-25,2
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	293,3	256,1	-12,7
Imposto sobre Veículos ISV)	0,1	0,5	308,3
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	0,0	1,7	n.a.
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,0	0,0	n.a.
Imposto do selo (IS)	0,6	1,0	82,1
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	-100,0
<b>Total de reembolsos</b>	<b>335,0</b>	<b>333,2</b>	<b>-0,5</b>

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos reembolsos são:
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - – regista-se um aumento de 12,2% face ao mesmo período no ano transato.
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se um aumento de 160,1% nos reembolsos face ao mesmo período no ano transato. Este aumento é explicado essencialmente pelo pagamento em Janeiro de 2012 de reembolsos referentes ao período de 2009 a 2010 no valor de 37 milhões de euros.
  - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - verifica-se uma variação negativa de 12,7% face ao ano transato. Contrariamente ao verificado durante os últimos meses, no corrente mês não se verificam efeitos quantitativos resultantes da diminuição dos prazos de pagamento (artigo 22.º do Código do IVA, na redação dada pela Lei n.º 2/2010 de 15 de Março).
- A **receita não fiscal** apresenta um crescimento significativo de 8,6%, para o qual contribuem operações de natureza administrativa e contabilística, designadamente das “Comparticipações para a ADSE” e das “Transferências correntes”, destacando-se ainda, mas em sentido contrário, os decréscimos de cobrança das “Outras receitas de capital” e das “Reposições não abatidas nos pagamentos”.

## Execução Orçamental da Receita Não Fiscal (janeiro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp.)
	Milhões de euros		Grau de Execução (%)			
<b>Receita fiscal</b>	<b>2.828,6</b>	<b>2.606,3</b>	<b>8,2</b>	<b>7,4</b>	<b>-7,9</b>	<b>-7,0</b>
<b>Receita não fiscal</b>	<b>344,6</b>	<b>374,3</b>	<b>6,3</b>	<b>9,5</b>	<b>8,6</b>	<b>0,9</b>
Corrente	205,7	281,1	4,8	7,9	36,7	2,4
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	12,2	57,0	2,1	10,8	367,2	1,4
Taxas, multas e outras penalidades	52,0	61,9	7,3	9,2	19,0	0,3
Rendimentos da propriedade	0,2	0,1	0,0	0,0	-50,0	0,0
Transferências correntes	51,6	74,9	3,2	7,8	45,2	0,7
Venda de bens e serviços correntes	38,8	39,6	9,7	9,7	2,1	0,0
Outras receitas correntes	3,2	12,3	1,1	4,0	284,4	0,3
Recursos próprios comunitários	15,0	11,5	8,5	6,8	-23,3	-0,1
Reposições não abatidas nos pagamentos	32,7	23,8	44,8	34,0	-27,2	-0,3
Capital	138,9	93,2	11,0	24,8	-32,9	-1,4
Venda de bens de investimento	5,1	0,1	1,3	0,1	-98,0	-0,2
Transferências de capital	4,4	0,4	3,3	0,4	-90,9	-0,1
Outras receitas de capital	39,9	0,0	7,4	0,0	-100,0	-
Saldos da gerência anterior	89,5	92,7	46,0	56,0	3,6	0,1
<b>Receita efetiva</b>	<b>3.173,2</b>	<b>2.980,6</b>	<b>8,0</b>	<b>7,6</b>	<b>-6,1</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- O acréscimo na cobrança de “Comparticipações para a ADSE” (365%), está fortemente influenciado pela tardia publicação, em janeiro de 2011, do despacho que determinou o novo procedimento para a entrega das contribuições para a ADSE pelos serviços integrados e pelos serviços e fundos autónomos<sup>2</sup>.
- Traduzindo uma parte significativa das “Transferência correntes” movimentos financeiros internos ao Orçamento do Estado, em janeiro de 2012 salientam-se as entregas as provenientes dos serviços e fundos autónomos (33,8 milhões de euros), das quais 23,3 milhões de euros pelo Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, IP (IGFIJ), para além das recebidas da Segurança Social (17,0 milhões de euros), tendo especial relevância as relativas a financiamento comunitário em projetos cofinanciados. Assinala-se ainda que o acréscimo das transferências recebidas do exterior deriva de uma devolução da União Europeia relativa à contribuição financeira portuguesa para o orçamento comunitário (14,0 milhões de euros).
- No seguimento da tendência verificada nos últimos anos, assiste-se a um novo decréscimo das “Reposições não abatidas nos pagamentos”, sendo que da cobrança de janeiro, 17,5 milhões de euros respeitam a verbas afectas ao Ministério da Defesa Nacional (em 2011 foram 23,6 milhões de euros). Refere-se ainda como normal o elevado grau de execução orçamental em janeiro, tendo em conta a preponderância das receitas gerais<sup>3</sup> (21,4 milhões de euros em 2012).
- A quebra das “Outras receitas de capital” é explicada pelo efeito de base, em janeiro de 2011, atribuível à receita de concessões de painéis solares e de exploração de recursos hídricos do domínio público) (39,9 milhões de euros).

<sup>2</sup> Despacho n.º 1.371/2011 do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (publicado no Diário da República, II Série, n.º 11 de 17 de janeiro de 2011).

<sup>3</sup> Nos termos do n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março (Decreto de execução orçamental para 2011), os saldos apurados na execução orçamental de 2011 cuja origem sejam receita gerais são entregues na tesouraria do Estado até 31 de janeiro de 2012.

- Nos “Saldos da gerência anterior” destacam-se os saldos de receitas consignadas na posse dos serviços (79,1 milhões de euros), dos quais 63,8 milhões de euros respeitam a saldos de serviços pertencentes ao Ministério da Educação e Ciência, com preponderância das entregas de escolas e agrupamentos de escolas, e 13,3 milhões de euros ao Ministério da Defesa Nacional, dos quais 11,6 milhões de euros ao abrigo da Lei de Programação Militar.

### DESPESA

---

- A despesa efetiva do Estado decresceu 12,7% face ao período homólogo, apresentando um grau de execução de 7,4%. Por sua vez, a redução da despesa efetiva primária situou-se em 13,6%, o que decorre de um conjunto de fatores, dos quais se destacam os seguintes:
  - A quebra de 18,1% das “transferências correntes”, por via de:
    - Efeito-base associado ao facto de a execução de janeiro de 2011 incluir o pagamento da contribuição financeira para o orçamento da União Europeia respeitante ao mês de fevereiro, influenciando significativamente a taxa de variação homóloga das “outras receitas correntes” de -69,8%. Excluído este efeito, a quebra registada é significativamente menor, situando-se nos -17,7%;
    - Redução das transferências para o Serviço Nacional de Saúde (-7,1%) traduzindo as medidas de contenção orçamental previstas para a área da saúde<sup>4</sup>; e
    - Redução da contribuição financeira para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (-6,3%)<sup>5</sup>.
  - A redução das “despesas com pessoal” (-15,4%), na qual se destacam os encargos com os sub-sistemas de saúde bem como de remunerações certas e permanentes.

A redução da despesa com remunerações certas e permanentes apresenta maior expressão ao nível do Ministério da Educação e Ciência, a saber, no que respeita ao nível das escolas de ensino não superior, traduzindo a redução de efetivos, na prossecução das medidas aplicadas ao setor cujo impacto se tornou evidente a partir do início do ano lectivo de 2011/2012;
  - Transferências de capital para a Administração Regional, nomeadamente o efeito da redução da transferência para a Região Autónoma da Madeira (-67,8%) em virtude da violação dos limites de endividamento verificada em 2011, cuja penalização se verificou no corrente ano, por aplicação do artigo 106.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012); de referir, ainda assim, que foi transferida um duodécimo da verba inscrita no Orçamento do Estado para 2012 visando dar cumprimento à lei de Meios para financiamento da Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de Fevereiro de 2010; e
  - A redução das Transferências para a Administração Local (-5,6%) no âmbito da respetiva lei de finanças, cujas verbas orçamentadas para 2012 foram objeto de redução ao abrigo da Lei de Estabilidade Orçamental, visando concretizar o compromisso definido no MoU de assegurar o contributo deste subsector para o processo de consolidação orçamental.

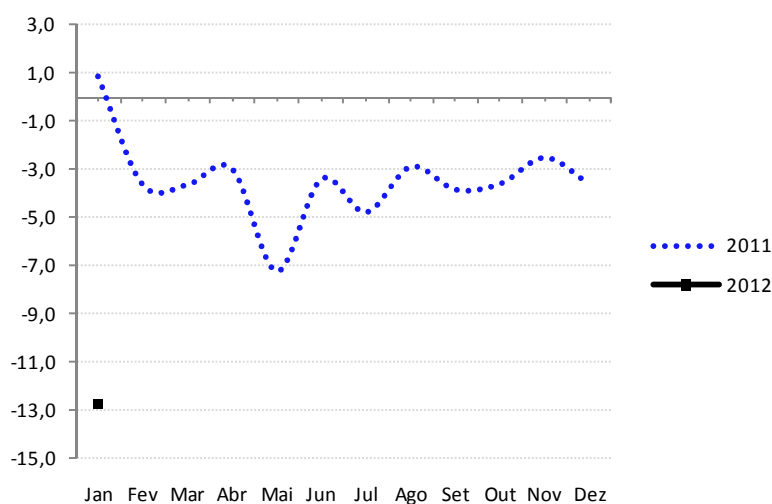
<sup>4</sup> Medidas integradas no Orçamento do Estado para 2012.

<sup>5</sup> Em 2012, o art.º 12.º - Regime duodecimal - do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro deixou de prever a exceção da transferência para Caixa Geral de Aposentações ao regime duodecimal da execução de dotações cobertas por receitas gerais.

No sentido do aumento da despesa, são de referir, por ordem decrescente de contributo para a variação homóloga da despesa, os seguintes fatores:

- Transferências de capital para a Rádio e Televisão de Portugal, S.A. para a assunção de passivos financeiros perante o DEPFA Bank;
- Transferências para a Segurança Social, em conjugação do efeito da redução das verbas decorrentes da Lei de Bases da Segurança Social (-3,9%) com a necessidade de financiamento decorrente da integração do fundo de pensões dos bancários para pagamento das responsabilidades inerentes;
- Regularização de responsabilidades financeiras relativa a concessões rodoviárias (21,2 milhões de euros); e
- O acréscimo de “Juros e outros encargos” (+18,5%), em linha com o comportamento esperado para 2012.

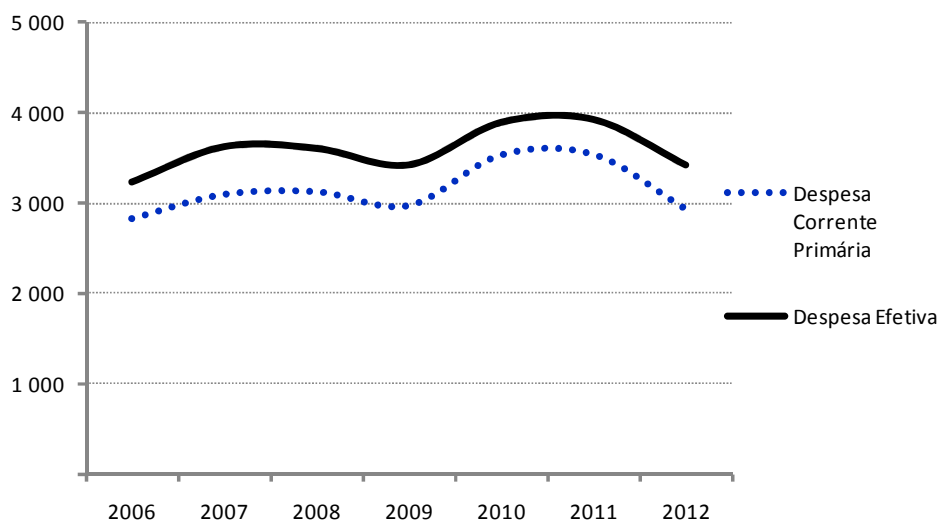
Gráfico 4 - Despesa Efectiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

- De referir que o nível de despesa efetiva e de despesa corrente primária de janeiro de 2012 se situou a um nível inferior do correspondente valor de 2007.

Gráfico 5 - Despesa efetiva – janeiro 2006 - 2012  
(milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

## SÍNTESE

### Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro)

	2011				2012				2012	2012
	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA
	Milhões de Euros				Grau de Execução (%)				VH (%)	Contrib. VH (pp)
<b>Receita corrente</b>	<b>1.898,1</b>	<b>1.769,3</b>	<b>232,1</b>	<b>1.999,4</b>	<b>8,0</b>	<b>8,3</b>	<b>8,3</b>	<b>8,3</b>	<b>-6,8</b>	<b>-6,5</b>
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	304,1	294,4	0,0	294,4	7,3	8,5	-	8,5	-3,2	-0,5
Transferências correntes	1.432,0	1.272,1	46,3	1.318,4	8,7	8,5	5,9	8,4	-11,2	-8,1
Outras receitas correntes	162,0	202,8	185,8	386,5	5,1	7,1	9,3	8,1	25,2	2,1
<b>Receita de capital</b>	<b>80,5</b>	<b>33,9</b>	<b>131,6</b>	<b>165,5</b>	<b>4,1</b>	<b>1,0</b>	<b>18,1</b>	<b>6,7</b>	<b>-57,9</b>	<b>-2,4</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>1.978,6</b>	<b>1.803,2</b>	<b>363,7</b>	<b>2.164,9</b>	<b>7,7</b>	<b>7,3</b>	<b>10,3</b>	<b>8,2</b>	<b>-8,9</b>	<b>-8,9</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>1.416,7</b>	<b>1.385,7</b>	<b>94,1</b>	<b>1.477,7</b>	<b>6,0</b>	<b>6,7</b>	<b>3,2</b>	<b>6,3</b>	<b>-2,2</b>	<b>-2,1</b>
Despesas com o pessoal	173,9	180,8	41,0	221,8	5,4	6,9	6,0	6,7	4,0	0,5
Aquisição de bens e serviços	500,4	484,5	21,8	506,3	5,9	6,4	2,7	6,1	-3,2	-1,1
Transferências correntes	693,9	707,0	0,4	707,3	6,3	7,4	1,4	7,4	1,9	0,9
Outras despesas correntes	48,5	13,4	31,0	42,3	5,7	1,3	2,2	1,8	-72,4	-2,4
<b>Despesa de capital</b>	<b>56,8</b>	<b>20,5</b>	<b>132,3</b>	<b>152,7</b>	<b>2,9</b>	<b>1,7</b>	<b>7,4</b>	<b>5,1</b>	<b>-64,0</b>	<b>-2,5</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>1.473,4</b>	<b>1.406,1</b>	<b>226,4</b>	<b>1.630,4</b>	<b>5,8</b>	<b>6,4</b>	<b>4,8</b>	<b>6,1</b>	<b>-4,6</b>	<b>-4,6</b>
<b>Saldo global</b>	<b>505,2</b>	<b>397,1</b>	<b>137,3</b>	<b>534,4</b>						
Saldo corrente	481,5	383,7	138,0	521,6						
Saldo de capital	23,7	13,5	-0,7	12,8						
Saldo primário	506,1	401,9	142,4	544,3						

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global do subsector dos SFA<sup>6</sup> em janeiro de 2012, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), na óptica da contabilidade pública, atingiu os 534,4 milhões de euros, sendo 137,3 milhões de euros respeitantes às Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) no perímetro das Administrações Públicas (AP).

Expurgadas as EPR, o saldo global do subsector dos SFA ascende a 397,1 milhões de euros apresentando uma redução de 108 milhões de euros face ao período homólogo, explicado pelos comportamentos da receita e despesa efetiva, em -8,9% e -4,6%, respectivamente.

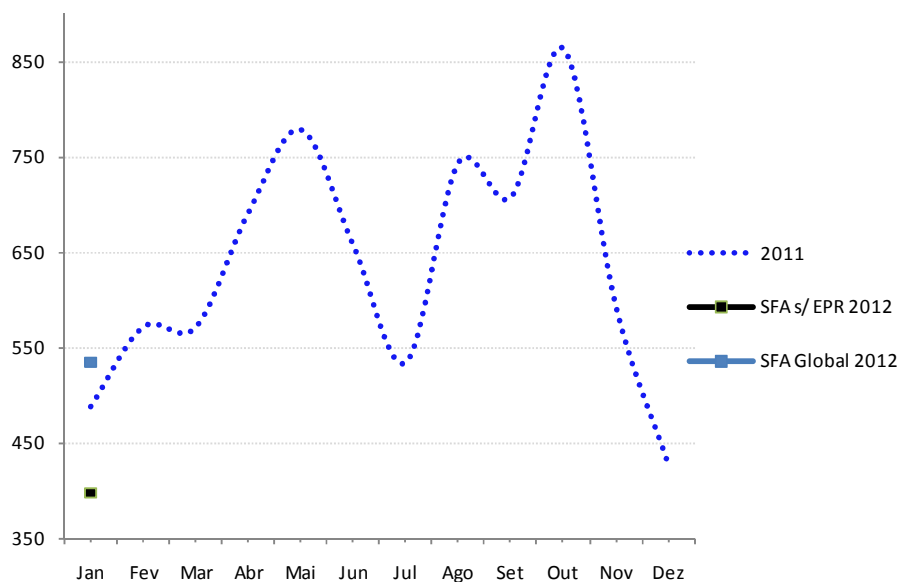
- Para o decréscimo do saldo global referido contribuiu sobretudo a diminuição da receita corrente (6,8%), por via das transferências provenientes de outros subsectores das AP e o menor ritmo de redução da despesa (4,6%).

<sup>6</sup> Os organismos em falta de reporte de execução orçamental em janeiro:

2012 - Fundo de Estabilização Aduaneira, Teatro Nacional de São João, E.P.E., PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Empresa de Meios Aéreos, S.A., Metro do Porto, S.A., Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. e Arsenal do Alfeite, S.A.

2011 - UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.

Gráfico 6. – Evolução do saldo global do subsector dos SFA - Milhões de Euros



**Nota:** Excluída a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA (em 2011: 476,7 M€)

**Fonte:** Ministério das Finanças

## SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (SFA EXCLUINDO EPR)

### Saldo Global do Subsector dos SFA Janeiro - Exclui EPR

Serviços	2011	2012	Variação em 2012
	Milhões de euros		
<b>Saldo Global - Exclui EPR</b>	<b>505,2</b>	<b>397,1</b>	<b>-108,0</b>
dos quais:			
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	210,1	124,8	-85,3
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	138,6	86,5	-52,1
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	38,9	32,2	-6,7
Instituto de Turismo de Portugal (ITP)	7,6	30,0	22,4
Ensino Superior	33,7	23,4	-10,3
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)	9,0	18,9	9,9

Fonte: Ministério das Finanças

- A receita efetiva apresenta um decréscimo de 8,9% face a igual período do ano anterior, justificando sobretudo pelo menor nível de transferências correntes e de capital provenientes do OE e da União Europeia.
- A descida de 4,6% na despesa efetiva é justificada pelo comportamento dos subsídios e das transferências de capital para fora do perímetro das AP.

### RECEITA

---

- A receita efetiva diminuiu devido sobretudo a variação negativa em:
  - Transferências correntes e de capital provenientes do Orçamento de Estado (- 127,7 milhões de euros), refletindo as medidas de consolidação orçamental para 2012, destacando-se as variações ocorridas no SNS, CGA e instituições do Ensino Superior;
  - Transferências correntes e de capital da União Europeia (-50,4 milhões euros), explicada pelo efeito de base 2011 do adiantamento da Comissão Europeia, no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e a ausência de reembolsos do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
  - Outras transferências de capital (-18,0 milhões euros), justificada pelo efeito de base 2011 da incorporação do Fundo de Pensões da PT<sup>7</sup> na CGA.
- Em sentido inverso, com impacto positivo na receita efetiva, destaca-se o acréscimo em:
  - Impostos Indiretos, resultado da receita do imposto do jogo por parte do Instituto de Turismo de Portugal (23,3 milhões de euros), devendo-se ao facto da maioria das concessionárias dos Casinos ter procedido à liquidação da contrapartida anual no prazo definido para o efeito, situação que não se havia verificado em 2011.

### DESPESA

---

- A despesa efetiva diminuiu essencialmente devido às seguintes variações:
  - Subsídios, justificado pelo efeito de base 2011 referente ao pagamento de ajudas aos agricultores pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas – IFAP, no âmbito do FEAGA (-39,1 milhões de euros);
  - Transferências de capital para fora do perímetro das AP, devido à ausência de pagamentos relativos ao FEADER pelo IFAP e também pela redução, por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., do financiamento de projetos de investigação;
  - Aquisição de bens e serviços, resultante sobretudo da evolução da contratualização de serviços aos hospitais EPE pelo SNS (menos 21,1 milhões de euros).

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 140-B/2010 de 30 de Dezembro

- Em sentido contrário, com impacto no crescimento da despesa, referem-se os seguintes factores:
  - Despesas com o pessoal, encontram-se influenciadas pelo reporte incompleto em 2011 da Administração Regional de Saúde do Norte; considerando um universo comparável a variação homóloga é de -8,1%;
  - Transferências correntes para entidades fora das AP, refletindo sobretudo o aumento do número de aposentados da responsabilidade da CGA (mais 26,1 milhões de euros).

### ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)

Saldo Global do Subsector dos SFA - EPR Janeiro	
Serviços	2012
Milhões de euros	
<b>Saldo Global - EPR</b>	<b>137,3</b>
dos quais:	
Rádio e Televisão de Portugal, SA	128,6
Parque Escolar, EPE	27,8
Estradas de Portugal, SA	-48,4

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global resulta essencialmente do contributo da Rádio e Televisão de Portugal, SA- RTP, em resultado da transferência de capital do OE para a amortização de passivos financeiros.

### RECEITA

- Na receita efetiva, merecem referência as seguintes componentes:
  - Transferências de capital do OE destinadas à RTP (127,3 milhões de euros) para amortização do empréstimo contraído junto do DEPFA Bank;
  - Outras receitas correntes, justificadas principalmente pelos contratos de arrendamento de edifícios detidos pela Parque Escolar, EPE (50,3 milhões de euros) e pela RTP, SA (23,2 milhões de euros) pela cobrança da contribuição para o audiovisual;

- Impostos Indiretos, que correspondem na quase totalidade ao financiamento associado ao Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) para as Estradas de Portugal, SA (41,9 milhões de euros);
- Transferências correntes provenientes do OE (20,3 milhões de euros), designadamente as destinadas às Instituições de Ensino Superior fundacionais e à RTP, SA bem como as transferências da União Europeia sobretudo para a Parque Escolar, EPE (22,9 milhões de euros).

### DESPESA

---

- Na despesa efetiva destacam-se os seguintes agregados:
  - Investimento, maioritariamente explicado pelas concessões das Estradas de Portugal, S.A. (85,2 milhões de euros) no âmbito do Plano Rodoviário Nacional e pelos projetos de investimento de modernização das escolas da responsabilidade da Parque Escolar, E.P.E. (43,5 milhões de euros).
  - Despesas com o pessoal, com destaque para a Universidade do Porto – Fundação Pública (8,3 milhões de euros), RTP, S.A. (7,5 milhões de euros) e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, I.P. (6 milhões de Euros).

## SÍNTESE

### Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro)

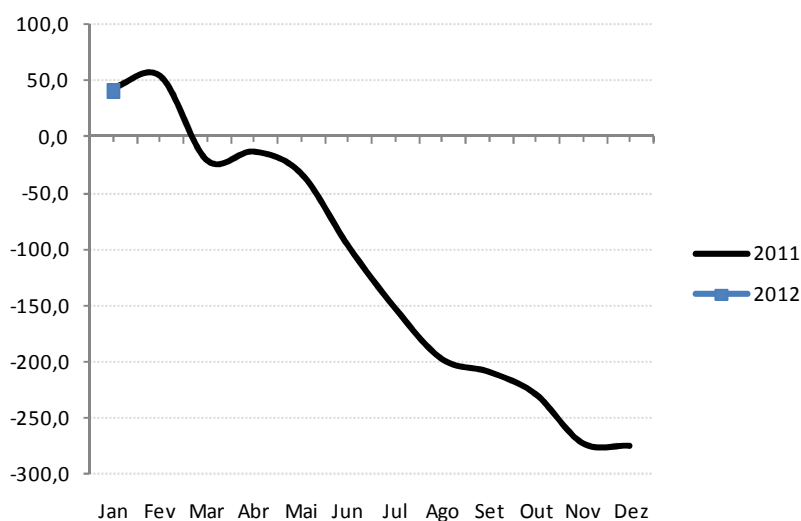
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros			
<b>Receita</b>				
Transferência do Orçamento do	675,0	627,1	-7,1	-7,0
Prestação serviços	5,0	4,9	-2,0	0,0
Outros	4,8	1,9	-60,4	-0,4
<b>Receita cobrada</b>	<b>684,8</b>	<b>633,9</b>	<b>-7,4</b>	
<b>Despesa</b>				
Despesa com pessoal	71,4	67,9	-4,9	-0,5
Subcontratos	557,8	510,1	-8,6	-7,4
Outros	17,8	15,3	-14,0	-0,4
<b>Despesa total</b>	<b>647,0</b>	<b>593,3</b>	<b>-8,3</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>37,8</b>	<b>40,6</b>		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- A informação avançada da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS)<sup>8</sup> apresenta em 2012 um saldo de 40,6 milhões de euros. Em relação ao período homólogo, o saldo do SNS, regista uma evolução positiva de 2,8 milhões de euros.
- A receita decresceu 7,4 % em 2012, em resultado essencialmente da redução da transferência do Orçamento do Estado, parcialmente compensada pelo aumento da receita proveniente do subsídio de investimento e de outras receitas.
- A despesa registou um decréscimo de 8,3 %, superior à redução da receita, influenciada principalmente pelo comportamento das rubricas “subcontratos” e “despesas com pessoal”.

<sup>8</sup> Isto é, considerando não apenas a despesa efetivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do “*accrual basis accounting*” (princípio da especialização ou do acréscimo).

Gráfico 7 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

## RECEITA

- A receita registou um decréscimo de 7,4 % em 2012 relativamente ao ano anterior, para o qual contribuíram os seguintes fatores:
  - A redução da “transferência do Orçamento do Estado” em 7,1 %, no âmbito do financiamento do sistema de saúde;
  - A quebra das “outras receitas” em 94,9 %, com incidência mais acentuada na componente do próprio ano, resultado do efeito base do recebimento, em 2011, de 2,9 milhões de convenções internacionais;
  - O decréscimo da receita proveniente da “prestação de serviços”, em 2,0 %.

## DESPESA

- A despesa efetiva registou um decréscimo de 8,3 %, resultado essencialmente do desempenho das Administrações Regionais de Saúde, para o qual contribuiu a redução da despesa com:
  - “Subcontratos”, destacando-se a diminuição de 7,4% na rubrica de contratualização de serviços a Entidades Públicas Empresariais, resultado da redução do valor do Contrato-programa com os hospitais e Unidades de Saúde EPE, no seguimento da aplicação das medidas previstas para o setor;
  - Pessoal (- 4,9 %), devido a uma redução de remunerações e suplementos remuneratórios; e
  - Compras (-44,1%) e Fornecimento de serviços (-26,3%).

## SÍNTESE

### Execução orçamental da Segurança Social (janeiro)

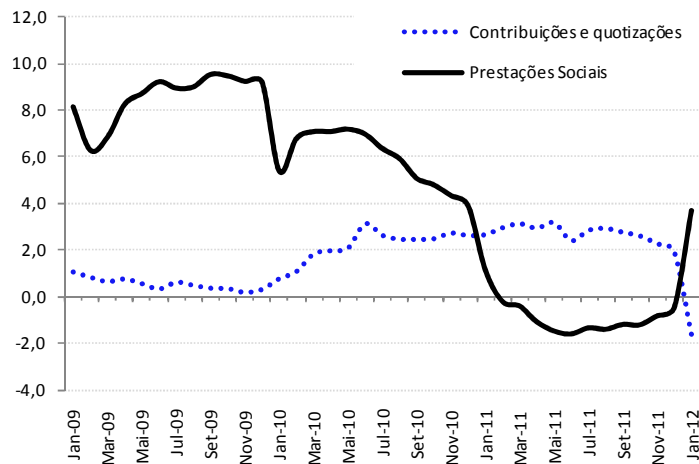
	2011	2012	2011	2012	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011
<b>Receita corrente</b>	<b>1.993,8</b>	<b>2.016,4</b>	<b>8,5</b>	<b>8,5</b>	<b>0,7</b>	<b>1,1</b>
Contribuições e quotizações	1.292,7	1.272,1	9,4	9,2	2,6	-1,6
IVA Social	59,6	59,9	8,3	8,3	3,8	0,5
Transferências correntes da Adr	572,9	611,1	8,2	8,9	-5,4	6,7
Transferências do Fundo Social E	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras receitas correntes	68,6	73,4	7,2	6,6	20,3	7,0
<b>Receita de capital</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0</b>	<b>1,9</b>	<b>-100,0</b>	<b>-</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>1.993,8</b>	<b>2.016,9</b>	<b>8,5</b>	<b>8,5</b>	<b>0,7</b>	<b>1,2</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>1.682,9</b>	<b>1.787,7</b>	<b>6,6</b>	<b>7,4</b>	<b>4,1</b>	<b>6,2</b>
Pensões	1.016,9	1.059,3	7,1	7,3	2,6	4,2
Pensão velhice do regime substit	0,0	56,2	0,0	100,0	-	-
Outras prestações sociais	515,6	529,9	8,2	8,3	-1,7	2,8
Outras despesas correntes	150,4	142,3	6,5	6,3	47,4	-5,4
<b>Despesas de capital</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>2,9</b>	<b>1,7</b>	<b>15,2</b>	<b>-48,5</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>1.683,5</b>	<b>1.788,0</b>	<b>7,3</b>	<b>7,6</b>	<b>4,1</b>	<b>6,2</b>
<b>Saldo global</b>	<b>310,3</b>	<b>228,9</b>				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

- O saldo global do subsector da Segurança Social regista um excedente de 228,9 milhões de euros, menos 81,3 milhões de euros que em igual período do ano transato.
- A receita efetiva registou um aumento de 23,1 milhões de euros determinado essencialmente pelo recebimento da transferência do OE para fazer face a despesa com o Regime Substitutivo Bancário (+ 56,2 milhões de euros), e pelo aumento das transferências de outras entidades (+ 12,7 milhões de euros) e diminuição das transferências do OE no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social (-22,0 milhões de euros).
- A despesa efetiva registou um aumento no montante de 104,5 milhões de euros face ao período homólogo devido, essencialmente, ao aumento de despesa proveniente das obrigações com o pagamento das pensões relativas ao Regime Substitutivo Bancário (+ 56,2 milhões de euros) e à evolução das prestações sociais (+ 56,6 milhões de euros).

Por outro lado, a variação das despesas de administração e de acções de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu registaram um decréscimo, em termos homólogos, no valor de 2,9 e 10,3 milhões de euros, respectivamente.

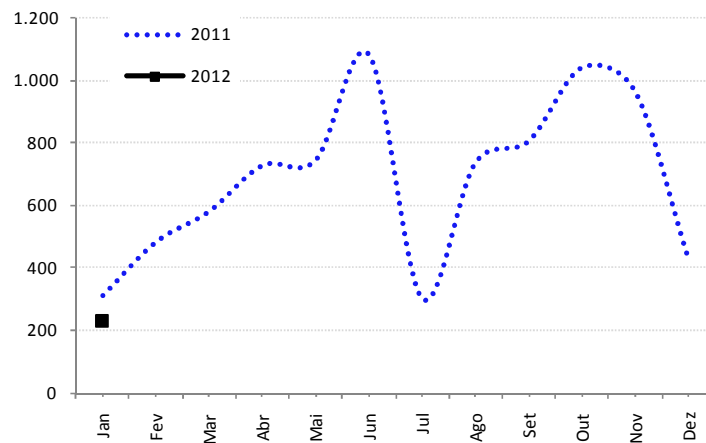
**Gráfico 8 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)**



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2011 e 2012.

**Gráfico 9 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros**



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

## RECEITA

---

- A receita efetiva registou um acréscimo de 23,1 milhões de euros para o qual contribuíram, em maior medida, os seguintes factores
  - Recebimento da transferência do OE para fazer face a despesa com o Regime Substitutivo Bancário no valor de 56,2 milhões de euros;
  - O decréscimo de receita de contribuições e quotizações em 20,6 milhões de euros (-1,6%);
  - A redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado em 22,0 milhões de euros, (-3,9%), decorrente de menores necessidades associadas à Lei de Bases da Segurança Social, resultantes das medidas de consolidação orçamental implementadas;
  - O decréscimo registado em “Rendimentos e Outras Receitas” (-3,9 milhões de euros);
  - O acréscimo registado em “Transferências de outras entidades” (-12,7 milhões de euros).

## DESPESA

---

- A despesa efetiva observou um acréscimo de 104,5 milhões de euros (6,2%), para a qual concorrem, nomeadamente:
  - O aumento de despesa proveniente das obrigações com o pagamento das pensões relativas ao Regime Substitutivo Bancário no valor de 56,2 milhões de euros;
  - A despesa com subsídios à formação profissional em 77,8 milhões de euros, com suporte no Fundo Social Europeu<sup>9</sup> e Componente Pública Nacional;
  - O acréscimo da despesa com prestações sociais em 56,6 milhões de euros (+3,7%), explicado pelo comportamento das pensões que, representando 59,2% da despesa efetiva registam uma variação homóloga de 4,2%, e um aumento de despesa das restantes prestações sociais que, no seu cômputo, registam um acréscimo de 2,8%;
  - A redução nas despesas de administração, em 2,9 milhões de euros.
  - A redução nas transferências para SFA, designadamente para o IEFP, no montante de 5,1 milhões de euros.

---

<sup>9</sup> Note-se que estes pagamentos ainda que reflectidos na despesa efectiva do OSS não tem impacto no saldo global corrigido no respeito pelo princípio da neutralidade dos fundos comunitários.

## SÍNTESE

- A Administração Regional registou, no final de 2011, um saldo orçamental deficitário de 19,1 milhões de euros, traduzindo-se, ainda assim, numa melhoria de 112,3 milhões de euros, comparando com o saldo registado em 2010. A melhor execução em 2011 resulta essencialmente do decréscimo de despesa (-6,3% face a 2010).

### Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a dezembro)

	2010	2011	Var.Abs.	VH (%)	
	Milhões de euros		2011	2010	2011
<b>Receita Efetiva</b>	<b>2.144,8</b>	<b>2.113,0</b>	<b>-31,8</b>	<b>7,1</b>	<b>-1,5</b>
dq. Receita Fiscal	1.157,8	1.169,0	11,2	6,2	1,0
Transferências do OE	638,4	602,7	-35,6	20,5	-5,6
União Europeia	180,0	197,8	17,8	10,0	9,9
<b>Despesa efetiva</b>	<b>2.276,2</b>	<b>2.132,1</b>	<b>-144,2</b>	<b>5,9</b>	<b>-6,3</b>
dq. Despesa Primária	2.225,2	2.075,3	-149,8	6,3	-6,7
Despesa de Capital	410,6	320,7	-90,0	4,2	-21,9
<b>Saldo global</b>	<b>-131,4</b>	<b>-19,1</b>	<b>112,3</b>		
<i>Por memória :</i>					
<i>Saldo Primário</i>	<i>-80,4</i>	<i>37,6</i>	<i>118,0</i>		
<i>Saldo Corrente</i>	<i>-191,2</i>	<i>-81,9</i>	<i>109,3</i>		
<i>Saldo Capital</i>	<i>59,8</i>	<i>62,8</i>	<i>3,0</i>		
<b>Necessidade de Financiamento</b>					
Passivos Financeiros Líquidos de Amortizações	144,8	28,6	-116,1		
Alienação de Activos Financeiros Líquidos	-2,4	-8,0	-5,5		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-10,9	-1,6	9,3		
<b>Total do Financiamento*</b>	<b>131,4</b>	<b>19,1</b>	<b>-112,3</b>		

Fonte : Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

\* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

Nota : Trimestres acumulados no ano

## RECEITA

- A receita efetiva registou uma diminuição de 1,5%, face a 2010. Esta evolução é suportada pelo comportamento distinto das suas componentes, tendo a receita corrente contribuído positivamente com 2,6 p.p., enquanto a receita de capital com -4,1 p.p.
  - A receita corrente registou um crescimento de 3,3%, para a qual contribuíram, principalmente, as receitas fiscal (proveniente do IVA) e as transferências correntes da Administração Central;
  - Apresentando uma quebra de 18,5% face a 2010, a receita de capital sustentou a sua evolução, essencialmente, nas rubricas de venda de bens de investimento e de transferências de capital, em particular as transferências do Orçamento do Estado, compensando o aumento de transferências de capital provenientes do resto do mundo, que registou um crescimento homólogo de 10,5%.

Gráfico 8 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

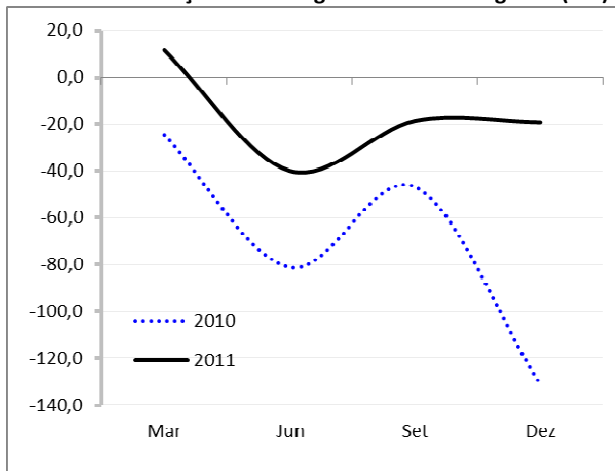
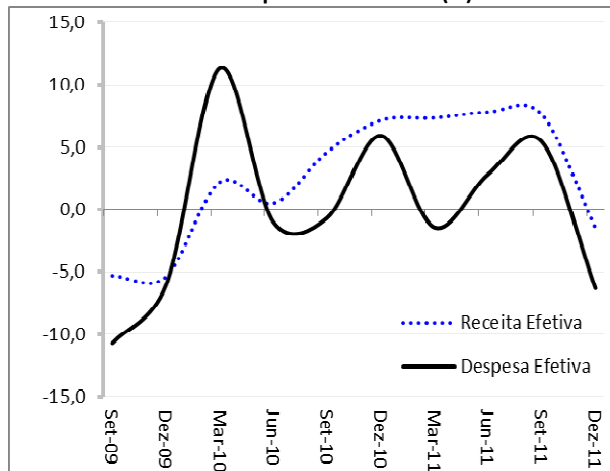


Gráfico 9 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM – SRPF

## DESPESA

- A despesa efetiva registou uma variação homóloga de -6,3%. Para esta evolução contribuíram a despesa corrente (-2,4 p.p.) e de capital (-3,9 p.p.).
  - A despesa corrente, que registou uma quebra de 2,9% face ao final de 2010, deveu este comportamento à diminuição verificada nas despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. Em sentido contrário, registou-se um crescimento das transferências correntes de 1,9% que atenuaram a quebra;
- A variação homóloga de -21,9% registada na despesa de capital, decorreu, principalmente, da quebra com aquisição de bens de investimento (contributo de -17,5 p.p.) e nas transferências de capital (-4,3 p.p.).

## SÍNTESE

Em 2011, a informação disponível para o subsector da Administração Local, aponta para um saldo orçamental 196,1 milhões de euros, evidenciando uma melhoria de 136,4 milhões de euros. Esta evolução foi determinada pela diminuição mais acentuada da despesa, face à registada na receita efetiva.

### Execução orçamental da Administração Local (janeiro a dezembro)

	2010	2011	Var.Abs.	VH (%)	
	Milhões de euros		2011	2010	2011
<b>Receita Efetiva</b>	<b>7.121,9</b>	<b>7.061,8</b>	<b>-60,1</b>	<b>1,9</b>	<b>-0,8</b>
dq. Rec. Fiscal	2.288,7	2.200,1	-88,7	0,3	-3,9
Transf. do OE	2.433,3	2.316,2	-117,1	0,7	-4,8
União Europeia	450,7	672,1	221,3	23,9	49,1
<b>Despesa efetiva</b>	<b>7.062,1</b>	<b>6.865,7</b>	<b>-196,4</b>	<b>-7,3</b>	<b>-2,8</b>
dq Despesa Primária	6.960,2	6.728,0	-232,2	-6,4	-3,3
Despesa de Capital	2.170,6	1.983,6	-187,0	-13,6	-8,6
<b>Saldo global</b>	<b>59,7</b>	<b>196,1</b>	<b>136,4</b>		
<i>Por memória :</i>					
Saldo Primário	161,7	333,8	172,1		
Saldo Corrente	781,9	616,1	-165,8		
Saldo Capital	-722,2	-420,0	302,2		
<b>Necessidade de Financiamento</b>					
Passivos Financeiros Líquidos de Amortizações	-47,4	-132,6	-85,2		
Alienação de Activos Financeiros Líquidos	-18,9	-15,5	3,4		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	6,6	-48,0	-54,5		
<b>Total do Financiamento*</b>	<b>-59,7</b>	<b>-196,1</b>	<b>-136,4</b>		

Fonte : BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL

\* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

Nota : Universo comparável de 301 Municípios.

## RECEITA

- A deterioração de 0,8% na receita efetiva, foi consequência do comportamento diferenciado das suas componentes. Se por um lado a receita corrente apresentou uma quebra e contribuiu -2,5 p.p. para essa variação, por outro, a receita de capital contribuiu positivamente com 1,6 p.p. para essa evolução global.
  - Do lado da receita corrente, que caiu 3,1% face a 2010, destacou-se a diminuição da receita fiscal e da receita de transferências do Orçamento do Estado, que contribuíram com -1,6 p.p. e -1,4 p.p., respetivamente;
  - A receita de capital, que registou um aumento de 8,0%, suportou o seu comportamento no crescimento da receita de transferências de capital provenientes do resto do mundo, que compensou a quebra verificada na venda de bens de investimento, as quais apresentaram contributos de 14,8 p.p. e -2,3 p.p., respetivamente.

Gráfico 10 – Evolução do saldo global da Adm. Local (M€)

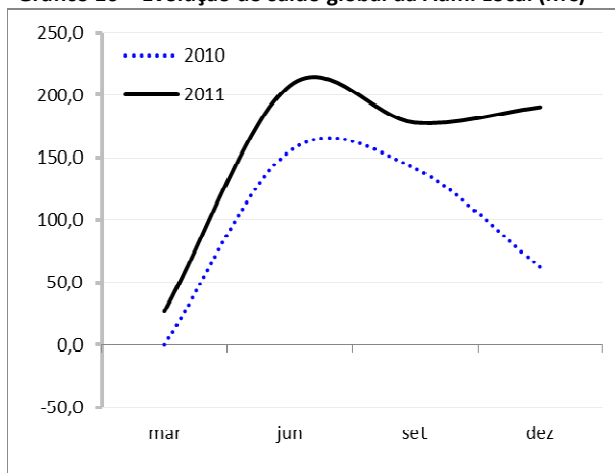
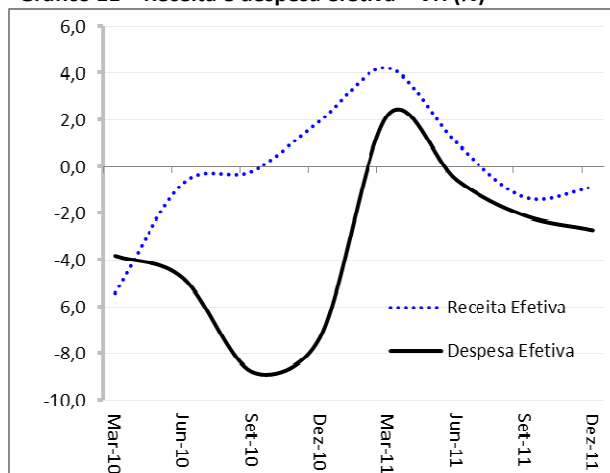


Gráfico 11 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL

## DESPESA

- A despesa efetiva diminuiu 2,8% face ao ano anterior. Para esta diminuição contribuiu essencialmente a despesa de capital (-2,7 p.p.).
  - Para a quebra de 8,6% na despesa de capital, destacaram-se as rubricas de aquisição de bens de capital e de transferências, com contributos de -5,1 p.p. e -2,1 p.p., respetivamente;
  - Do lado da despesa corrente, que diminuiu 0,2% foi a quebra na despesa com pessoal a rubrica que mais contribuiu para esta variação (-1,7 p.p.).

**2012**  
fevereiro

Síntese da Execução Orçamental

**Informação Estatística**



<b>Índice</b>	<b>Última actualização</b>	<b>Próxima actualização</b>	<b>Último valor disponível</b>
<a href="#">Síntese Global</a>	20-fev-12	20-mar-12	-
<a href="#">Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas</a>	20-fev-12	20-mar-12	-
<a href="#">Execução Orçamental consolidada das Administrações Públicas</a>	20-fev-12	21-mai-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Execução Orçamental do Estado</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Receita do Estado</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Despesa do Estado - classificação económica</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Despesa do Estado - classificação funcional</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Despesa do Estado - classificação orgânica</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Programas Orçamentais</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Administração Regional</a>	20-fev-12	20-mar-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Administração Local</a>	20-fev-12	20-mar-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Execução Orçamental da Segurança Social</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Dívida não Financeira da Administração Pública</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12
<a href="#">Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública</a>	20-fev-12	20-mar-12	janeiro 12

Glossário



## Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respetivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
<b>2009</b>	janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	maio	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
<b>2010</b>	janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	maio	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	dezembro	36.287,1	50.565,4	-14.278,3	4,5%	3,7%
<b>2011</b>	janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	maio	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%
	dezembro	41.537,2	48.731,7	-7.194,5	14,5%	-3,6%
<b>2012</b>	janeiro	2.980,6	3.416,6	-436,0	-6,1%	-12,7%

Nota: Os valores da receita do Estado correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

## Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
<b>2009</b>	janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
<b>2010</b>	janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	dezembro	26.526,2	24.431,5	2.094,7	3,4%	-2,3%
<b>2011</b>	janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%
	dezembro	24.429,8	23.527,3	902,5	-7,9%	-3,7%
<b>2012</b>	janeiro	1.803,2	1.406,1	397,1	-8,9%	-4,6%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

## Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
<b>2009</b>	janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
	fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
	março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
	abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
	maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
	junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
	julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
	agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
	setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
	outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
	novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
	dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
<b>2010</b>	janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
	fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
	março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
	abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
	maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
	junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
	julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
	agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
	setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
	outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
	novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
	dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
<b>2011</b>	janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
	fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
	março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
	abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
	maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
	junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
	julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
	agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
	setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
	outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
	novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%
	dezembro	23.537,6	23.108,3	429,3	0,0	0,0
<b>2012</b>	janeiro	2.016,9	1.788,0	228,9	1,2%	6,2%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

## Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
<b>2008</b>	I TR	1.396,5	1.323,6	72,9	5,5%	5,8%
	II TR	3.259,1	3.121,8	137,3	4,5%	7,9%
	III TR	4.852,8	4.758,5	94,3	-1,7%	3,7%
	IV TR	6.926,7	7.215,7	-289,0	0,5%	7,1%
<b>2009</b>	I TR	1.430,5	1.406,7	23,7	2,4%	6,3%
	II TR	3.389,3	3.371,1	18,2	4,0%	8,0%
	III TR	5.021,7	5.338,1	-316,5	3,5%	12,2%
	IV TR	6.933,9	7.561,1	-627,2	0,1%	4,8%
<b>2010</b>	I TR	1.353,0	1.353,1	-0,1	-5,4%	-3,8%
	II TR	3.365,3	3.209,9	155,4	-0,7%	-4,8%
	III TR	5.011,3	4.869,8	141,5	-0,2%	-8,8%
	IV TR	7.069,9	7.007,6	62,3	2,0%	-7,3%
<b>2011</b>	I TR	1.410,1	1.383,1	27,0	4,2%	2,2%
	II TR	3.398,9	3.191,4	207,5	1,0%	-0,6%
	III TR	4.945,2	4.767,0	178,2	-1,3%	-2,1%
	IV TR	7.008,6	6.818,0	190,6	-0,9%	-2,7%

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2009 e 2008); Universo comparável: 298 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
<b>2008</b>	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
<b>2009</b>	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
<b>2010</b>	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
<b>2011</b>	janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	maio	819,0	779,3	39,7	-	-
	junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-
	novembro	1.887,3	1.893,7	-6,5	-	-
	dezembro	2.112,9	2.131,9	-19,0	-1,5%	-6,3%

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

## Conta Consolidada das Administrações Públicas

Conta consolidada das Administrações Públicas (ótica da contabilidade pública) - 2011

€ Milhões

	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
<b>Receita corrente</b>	<b>37.883,1</b>	<b>22.846,3</b>	<b>7.229,5</b>	<b>23.530,9</b>	<b>66.005,2</b>
Impostos directos	14.989,7	19,6	2.924,4	0,0	17.933,6
Impostos indirectos	19.263,5	356,9	853,2	715,2	21.188,8
Contribuições de Segurança Social	465,1	3.933,7	11,1	13.739,8	18.149,7
Outras receitas correntes	3.164,8	18.536,1	3.440,9	9.075,9	8.733,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.095,2	15.606,9	1.878,7	6.903,8	
<b>Receita de capital</b>	<b>3.619,4</b>	<b>1.729,9</b>	<b>2.352,1</b>	<b>6,7</b>	<b>5.873,3</b>
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	8,6	392,3	1.430,7	3,0	
<b>Receita efetiva</b>	<b>41.502,5</b>	<b>24.576,1</b>	<b>9.581,5</b>	<b>23.537,6</b>	<b>71.878,5</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>45.533,7</b>	<b>22.287,3</b>	<b>6.993,9</b>	<b>23.042,6</b>	<b>72.373,0</b>
Consumo público	12.645,7	11.156,5	5.661,5	410,3	29.874,1
Despesas com o pessoal	10.294,6	2.807,8	3.267,6	300,1	16.670,0
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	2.351,1	8.348,8	2.393,9	110,2	13.204,0
Subsídios	601,6	471,5	235,4	732,8	2.041,2
Juros e outros encargos	6.039,2	30,4	195,5	0,1	6.265,2
Transferências correntes	26.247,3	10.628,9	901,5	21.899,4	34.192,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	23.418,4	866,9	-113,6	1.312,9	
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.149,9</b>	<b>1.317,6</b>	<b>2.405,1</b>	<b>65,8</b>	<b>5.103,7</b>
Investimento	431,6	313,3	2.023,0	23,9	2.791,7
Transferências de capital	2.704,8	975,3	344,9	41,9	2.232,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.751,6	71,1	12,0	0,0	
Outras despesas de capital	13,6	28,9	37,2	0,0	79,7
<b>Despesa efectiva</b>	<b>48.683,7</b>	<b>23.604,9</b>	<b>9.399,0</b>	<b>23.108,3</b>	<b>77.476,7</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-7.181,2</b>	<b>971,2</b>	<b>182,6</b>	<b>429,3</b>	<b>-5.598,1</b>
Saldo corrente	-7.650,6	558,9	235,6	488,3	-6.367,8
Despesa corrente primária	39.494,5	22.256,9	6.798,4	23.042,5	66.107,8
Saldo corrente primário	-1.611,4	589,3	431,1	488,4	-102,6
Saldo de capital	469,4	412,3	-53,0	-59,0	769,7
Despesa primária	42.644,5	23.574,5	9.203,5	23.108,3	71.211,5
Saldo primário	-1.142,0	1.001,7	378,1	429,3	667,0

Fonte: Ministério das Finanças

## Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação objetivo Relatório OE/2012 com execução 2012

	janeiro 2011	2012 (*)		€ Milhões
		Objetivo OE	janeiro	Grau de Execução (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>4.947,3</b>	<b>64.535,7</b>	<b>4.986,6</b>	<b>7,7</b>
Impostos directos	1.228,0	14.357,4	997,5	6,9
Impostos indirectos	1.680,5	23.021,7	1.770,9	7,7
Contribuições de Segurança Social	1.609,0	17.774,3	1.623,5	9,1
Outras receitas correntes	429,7	9.382,2	594,7	6,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	2,4	83,2	3,7	4,4
<b>Receita de capital</b>	<b>185,2</b>	<b>2.150,5</b>	<b>111,4</b>	<b>5,2</b>
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1,4	20,6	0,1	0,6
<b>Receita efetiva</b>	<b>5.132,5</b>	<b>66.686,2</b>	<b>5.098,0</b>	<b>7,6</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>4.763,2</b>	<b>69.121,3</b>	<b>4.402,7</b>	<b>6,4</b>
Consumo público	1.619,7	24.406,3	1.554,7	6,4
Despesas com o pessoal	993,3	12.390,0	915,9	7,4
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	626,4	12.016,3	638,7	5,3
Subsídios	104,2	1.568,8	62,8	4,0
Juros e outros encargos	106,3	9.168,2	134,7	1,5
Transferências correntes	2.933,1	33.978,1	2.650,6	7,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	200,6	1.961,7	182,0	9,3
<b>Despesa de capital</b>	<b>296,1</b>	<b>5.019,2</b>	<b>367,9</b>	<b>7,3</b>
Investimento	11,4	2.764,4	140,0	5,1
Transferências de capital	283,8	2.225,7	225,1	10,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	206,3	1.362,1	158,9	11,7
Outras despesas de capital	0,8	29,1	2,7	9,4
<b>Despesa efectiva</b>	<b>5.059,3</b>	<b>74.140,5</b>	<b>4.770,6</b>	<b>6,4</b>
<b>Saldo global</b>	<b>73,2</b>	<b>-7.454,4</b>	<b>327,4</b>	
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	184,1	-4.585,6	583,9	
Despesa corrente primária	4.656,9	59.953,1	4.268,0	7,1
Saldo corrente primário	290,4	4.582,5	718,6	
Saldo de capital	-110,9	-2.868,7	-256,5	
Despesa primária	4.953,0	64.972,3	4.635,9	7,1
Saldo primário	179,5	1.713,8	462,1	

Fonte: Ministério das Finanças

(\*) Em 2012 incluem-se Entidades Públicas Reclasseificadas (EPR) no âmbito da Administração Central

Em virtude do alargamento em 2012 do perímetro da conta das Administrações Públicas a um conjunto de EPR, não se procede à comparação com o período homólogo.

## Execução Orçamental do Estado

Execução Orçamental do Estado (janeiro)

€ Milhões

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
<b>Receita corrente</b>	<b>3.034,3</b>	<b>2.887,4</b>	<b>-4,8</b>	<b>-4,6</b>
Receitas fiscais	2.828,6	2.606,3	-7,9	-7,0
Impostos diretos	1.228,0	997,5	-18,8	-7,3
Impostos indiretos	1.600,6	1.608,8	0,5	0,3
Outras receitas correntes	205,7	281,1	36,7	2,4
<b>Receita de capital</b>	<b>138,9</b>	<b>93,2</b>	<b>-32,9</b>	<b>-1,4</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>3.173,2</b>	<b>2.980,6</b>	<b>-6,1</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>3.645,6</b>	<b>3.055,5</b>	<b>-16,2</b>	<b>-15,1</b>
Despesas com o pessoal	796,1	673,6	-15,4	-3,1
Aquisição de bens e serviços	53,2	44,9	-15,7	-0,2
Juros e outros encargos	104,9	124,3	18,5	0,5
Transferências correntes	2.631,2	2.156,0	-18,1	-12,1
Administrações Públicas	2.078,9	1.989,0	-4,3	-2,3
Outras	552,3	167,0	-69,8	-9,8
Subsídios	11,3	0,0	-99,7	-0,3
Outras despesas correntes	48,9	56,6	15,8	0,2
<b>Despesa de capital</b>	<b>269,8</b>	<b>361,1</b>	<b>33,8</b>	<b>2,3</b>
Investimento	8,4	1,8	-78,6	-0,2
Transferências de capital	260,7	358,9	37,7	2,5
Administrações Públicas	236,9	309,1	30,5	1,8
Outras	23,8	49,8	109,2	0,7
Outras despesas de capital	0,7	0,4	-41,2	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>3.915,4</b>	<b>3.416,6</b>	<b>-12,7</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-742,2</b>	<b>-436,0</b>		
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-611,3	-168,1		
Saldo de capital	-130,9	-267,9		
Saldo primário	-637,3	-311,6		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	178,8	221,4		

Fonte: Ministério das Finanças

## Receita do Estado

### Receita do Estado (janeiro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
<b>Receita fiscal</b>	<b>2.828,6</b>	<b>2.606,3</b>	<b>8,2</b>	<b>7,4</b>	<b>17,8</b>	<b>-7,9</b>	<b>15,8</b>	<b>-7,0</b>
Impostos Diretos	1.228,0	997,5	8,4	7,0	29,8	-18,8	10,4	-7,3
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	952,9	909,9	9,1	9,5	9,7	-4,5	3,1	-1,4
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	226,0	87,4	5,4	1,8	192,4	-61,3	5,5	-4,4
Outros	49,1	0,2	438,4	0,4	9.720,0	-99,6	1,8	-1,5
Impostos Indiretos	1.600,6	1.608,8	8,1	7,7	10,0	0,5	5,4	0,3
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	210,3	190,7	8,8	8,4	1,0	-9,3	0,1	-0,6
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	974,0	1.029,1	7,3	7,0	10,3	5,7	3,4	1,7
Imposto sobre Veículos (ISV)	89,7	50,3	11,4	6,8	59,9	-43,9	1,2	-1,2
Imposto de consumo sobre o tabaco	135,2	154,0	10,0	11,1	13,3	13,9	0,6	0,6
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	20,1	23,1	10,4	11,0	-2,0	14,9	0,0	0,1
Imposto do selo	153,4	139,9	10,1	10,0	1,8	-8,8	0,1	-0,4
Imposto Único de Circulação (IUC)	15,0	18,5	9,4	10,4	15,4	23,3	0,1	0,1
Outros	2,9	3,2	3,8	5,4	-21,6	10,3	0,0	0,0
<b>Receita não fiscal</b>	<b>344,6</b>	<b>374,3</b>	<b>6,3</b>	<b>9,5</b>	<b>13,8</b>	<b>8,6</b>	<b>1,5</b>	<b>0,9</b>
Correntes	205,7	281,1	4,8	7,9	-14,0	36,7	-1,2	2,4
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	12,2	57,0	2,1	10,8	-27,4	367,2	-0,2	1,4
Comparticipações para a ADSE	11,7	54,4	2,1	10,6	-26,9	365,0	-0,2	1,3
Outros	0,5	2,6	2,2	13,8	-37,5	420,0	0,0	0,1
Taxas, Multas e Outras Penalidades	52,0	61,9	7,3	9,2	5,5	19,0	0,1	0,3
Taxas	22,8	25,8	5,6	6,9	20,6	13,2	0,1	0,1
Juros de mora e compensatórios	13,0	10,1	11,9	12,0	54,8	-22,3	0,2	-0,1
Multas do Código da Estrada	4,8	8,9	8,3	9,8	-51,0	85,4	-0,2	0,1
Outras multas e penalidades diversas	11,4	17,1	8,3	13,7	-6,6	50,0	0,0	0,2
Rendimentos da Propriedade	0,2	0,1	0,0	0,0	100,0	-50,0	0,0	0,0
Juros	0,1	0,0	0,2	0,0	-	-100,0	-	0,0
Dividendos e participações nos lucros	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
Outros	0,1	0,1	5,0	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	51,6	74,9	3,2	7,8	12,9	45,2	0,2	0,7
Administrações públicas	47,9	58,1	3,3	6,9	11,4	21,3	0,2	0,3
Exterior	2,6	16,0	2,0	15,9	30,0	515,4	0,0	0,4
Outros	1,1	0,8	5,0	3,9	57,1	-27,3	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	38,8	39,6	9,7	9,7	-12,8	2,1	-0,2	0,0
Outras Receitas Correntes	3,2	12,3	1,1	4,0	-68,6	284,4	-0,3	0,3
Prémios e taxas por garantias de riscos	0,0	5,9	0,0	4,8	-	-	-	-
Outros	3,2	6,4	1,4	3,5	-68,6	100,0	-0,3	0,1
Recursos Próprios Comunitários	15,0	11,5	8,5	6,8	26,1	-23,3	0,1	-0,1
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	32,7	23,8	44,8	34,0	-46,0	-27,2	-1,0	-0,3
Capital	138,9	93,2	11,0	24,8	118,4	-32,9	2,8	-1,4
Venda de Bens de Investimento	5,1	0,1	1,3	0,1	-	-98,0	-	-0,2
Transferências de Capital	4,4	0,4	3,3	0,4	1.366,7	-90,9	0,2	-0,1
Administrações públicas	1,4	0,1	8,0	0,6	366,7	-92,9	0,0	0,0
Exterior	0,0	0,3	0,0	0,3	-	-	-	-
Outros	3,0	0,0	-	-	-	-100,0	-	-0,1
Outras Receitas de Capital	39,9	0,0	7,4	0,0	-	-100,0	-	-1,3
Saldo da Gerência Anterior	89,5	92,7	46,0	56,0	41,4	3,6	1,0	0,1
<b>Receita efetiva</b>	<b>3.173,2</b>	<b>2.980,6</b>	<b>8,0</b>	<b>7,6</b>	<b>17,4</b>	<b>-6,1</b>		
<i>Por memória:</i>								
Ativos Financeiros	0,0	0,0						
Alienação de partes sociais de empresas	0,0	0,0						
Outros ativos	0,0	0,0						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR), sendo provisórios até ao encerramento das respectivas Contas Gerais do Estado.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

## Despesa do Estado - Classificação Económica

### Despesa do Estado, por Classificação Económica (Janeiro)

Por memória:

	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)		Despesa de anos anteriores	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012	2011	2012
<b>Despesa corrente</b>	<b>3.645,6</b>	<b>3.055,5</b>	<b>7,8</b>	<b>7,0</b>	<b>0,7</b>	<b>-16,2</b>	<b>0,7</b>	<b>-15,1</b>	<b>20,6</b>	<b>12,7</b>
Despesas com o pessoal	796,1	673,6	7,6	7,6	4,9	-15,4	1,0	-3,1	12,8	5,5
Remunerações Certas e Permanentes	582,3	545,3	7,4	8,0	-2,6	-6,4	-0,4	-0,9	0,1	1,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	28,2	23,0	6,1	5,5	-7,1	-18,6	-0,1	-0,1	0,4	2,2
Segurança social	185,6	105,3	9,0	6,8	42,4	-43,2	1,4	-2,0	12,3	1,5
Aquisição de bens e serviços correntes	53,2	44,9	2,6	2,5	56,5	-15,7	0,5	-0,2	7,1	6,6
Juros e outros encargos	104,9	124,3	1,6	1,6	23,1	18,5	0,5	0,5		
Transferências correntes	2.631,2	2.156,0	9,9	8,9	-1,3	-18,1	-0,9	-12,1	0,7	0,2
Administrações Públicas	2.078,9	1.989,0	8,8	9,1	0,5	-4,3	0,3	-2,3	0,0	0,0
Administração Central	1.326,3	1.213,3	8,9	8,9	2,3	-8,5	0,8	-2,9		
Administração Regional			-	-	-	-	-	-		
Administração Local	190,3	180,4	10,0	10,1	3,9	-5,2	0,2	-0,3		
Segurança Social	562,3	595,3	8,3	9,1	-4,5	5,9	-0,7	0,8		
Outras transferências correntes	552,3	167,0	19,0	6,9	-7,8	-69,8	-1,2	-9,8	0,7	0,2
Subsídios	11,3	0,0	1,8	0,0	-63,7	-99,7	-0,5	-0,3		
Outras despesas correntes	48,9	56,6	6,9	9,1	12,8	15,8	0,1	0,2	0,1	0,4
<b>Despesa corrente primária</b>	<b>3.540,7</b>	<b>2.931,1</b>	<b>8,8</b>	<b>8,2</b>	<b>0,2</b>	<b>-17,2</b>	<b>0,2</b>	<b>-15,6</b>	<b>20,6</b>	<b>12,7</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>269,8</b>	<b>361,1</b>	<b>7,7</b>	<b>13,9</b>	<b>2,7</b>	<b>33,8</b>	<b>0,2</b>	<b>2,3</b>	<b>1,4</b>	<b>1,3</b>
Investimento	8,4	1,8	1,2	0,4	43,1	-78,6	0,1	-0,2	1,4	1,3
Transferências de capital	260,7	358,9	9,4	17,2	2,1	37,7	0,1	2,5	0,0	0,0
Administrações Públicas	236,9	309,1	13,0	15,5	2,1	30,5	0,1	1,8	0,0	0,0
Administração Central	33,9	150,2	7,7	22,2	23,8	343,3	0,2	3,0		
Administração Regional	141,7	101,0	23,6	17,9	2,0	-28,7	0,1	-1,0		
Administração Local	61,4	57,9	7,9	7,8	-6,8	-5,6	-0,1	-0,1		
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-		
Outras transferências de capital	23,8	49,8	2,5	51,1	2,0	109,2	0,0	0,7		
Outras despesas de capital	0,7	0,4	3,7	3,9	-53,1	-41,2	0,0	0,0		
<b>Despesa efetiva</b>	<b>3.915,4</b>	<b>3.416,6</b>	<b>7,8</b>	<b>7,4</b>	<b>0,9</b>	<b>-12,7</b>			<b>22,0</b>	<b>14,0</b>
<i>Por memória:</i>										
Ativos financeiros	178,8	221,4								
Passivos financeiros	7.188,9	8.110,2								
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública										

Fonte: Ministério das Finanças

## Despesa do Estado - Classificação Funcional

### Despesa do Estado, por classificação funcional (janeiro)

	2011	2012	2011	2012
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
<b>Funções Gerais de Soberania</b>	<b>482,2</b>	<b>395,2</b>	<b>12,3</b>	<b>11,6</b>
Serviços Gerais da Administração Pública	149,2	119,9	3,8	3,5
Defesa Nacional	101,2	86,2	2,6	2,5
Segurança e Ordem Públicas	231,8	189,1	5,9	5,5
<b>Funções Sociais</b>	<b>2.432,9</b>	<b>2.404,8</b>	<b>62,1</b>	<b>70,4</b>
Educação	593,7	548,2	15,2	16,0
Saúde	742,5	650,9	19,0	19,1
Segurança e Acção Sociais	1.067,1	1.064,7	27,3	31,2
Habituação e Serviços Colectivos	11,6	7,5	0,3	0,2
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	18,0	133,5	0,5	3,9
<b>Funções Económicas</b>	<b>44,9</b>	<b>47,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,4</b>
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	29,4	16,2	0,8	0,5
Indústria e Energia				
Transportes e Comunicações	5,2	23,1	0,1	0,7
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	10,3	7,7	0,3	0,2
<b>Outras Funções</b>	<b>955,5</b>	<b>569,6</b>	<b>24,4</b>	<b>16,7</b>
Operações da Dívida Pública	104,9	124,3	2,7	3,6
Transferências entre Administrações Públicas	850,6	445,2	21,7	13,0
Diversas não especificadas				
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>3.915,4</b>	<b>3.416,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	178,8	221,4		
Funções Gerais de Soberania	178,8	17,4		
Funções Sociais				
Funções Económicas		204,0		
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	7.188,9	8.110,2		
Outras Funções	7.188,9	8.110,2		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

## Despesa do Estado - Classificação Orgânica

### Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Econômica (janeiro)

	Milhões de Euros												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
<b>Despesa corrente</b>	<b>157,4</b>	<b>11,2</b>	<b>784,6</b>	<b>16,7</b>	<b>90,2</b>	<b>106,7</b>	<b>80,5</b>	<b>8,6</b>	<b>21,7</b>	<b>628,1</b>	<b>554,4</b>	<b>595,5</b>	<b>3.055,5</b>
Despesas com o pessoal	2,9	6,8	27,2	10,3	83,0	101,5	71,4	6,1	11,3	3,0	349,1	1,2	673,6
Remunerações Certas e Permanentes	2,6	5,6	24,4	6,2	56,6	79,8	57,1	4,9	9,9	2,7	294,3	1,0	545,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,1	0,1	1,6	3,2	4,5	5,1	5,8	0,2	0,1	0,1	2,1	0,0	23,0
Segurança social	0,2	1,0	1,2	0,9	21,9	16,6	8,5	0,9	1,2	0,2	52,6	0,1	105,3
Aquisição de bens e serviços correntes	0,1	0,3	21,8	2,3	6,3	3,8	8,6	0,3	0,4	0,3	0,6	0,1	44,9
Aquisição de bens	0,0	0,0	0,2	0,0	2,4	3,0	3,3	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	9,3
Aquisição de serviços	0,1	0,3	21,6	2,3	3,8	0,8	5,3	0,2	0,3	0,3	0,6	0,1	35,6
Juros e outros encargos			124,3			0,0							124,3
Transferências correntes	154,4	4,1	611,2	3,1	0,9	1,4	0,3	2,2	10,0	624,9	149,3	594,3	2.156,0
Administrações Públicas	154,4	3,7	469,8	2,6	0,5	1,3	0,0	2,1	10,0	624,9	125,6	594,3	1.989,0
Administração Central	8,0	3,7	468,8	2,6	0,5	1,3	0,0	2,1	10,0	624,9	91,5		1.213,3
Administração Regional													
Administração Local	146,4										34,1		180,4
Segurança Social			1,0									594,3	595,3
Outras transferências correntes		0,4	141,4	0,5	0,4	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	23,7		167,0
Subsídios			0,0										0,0
Outras despesas correntes		0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	55,4		56,6
<b>Despesa de capital</b>	<b>159,2</b>	<b>0,5</b>	<b>176,9</b>		<b>0,3</b>		<b>0,1</b>	<b>0,3</b>	<b>1,1</b>	<b>0,1</b>	<b>22,6</b>		<b>361,1</b>
Investimento	0,0	0,3	0,0		0,3		0,1	0,0	1,1		0,0		1,8
Transferências de capital	159,2	0,2	176,9					0,2		0,1	22,2		358,9
Administrações Públicas	159,2	0,2	127,3					0,0		0,1	22,2		309,1
Administração Central	0,3	0,2	127,3					0,0		0,1	22,2		150,2
Administração Regional	101,0												101,0
Administração Local	57,9												57,9
Segurança Social													
Outras transferências de capital			49,6					0,2					49,8
Outras despesas de capital											0,4		0,4
<b>Despesa efetiva</b>	<b>316,6</b>	<b>11,7</b>	<b>961,6</b>	<b>16,7</b>	<b>90,4</b>	<b>106,7</b>	<b>80,6</b>	<b>8,8</b>	<b>22,8</b>	<b>628,2</b>	<b>577,0</b>	<b>595,5</b>	<b>3.416,6</b>
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros			221,4										221,4
Passivos financeiros			8.110,2										8.110,2
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública													

Fonte: Ministério das Finanças

## Despesa do Estado - Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Ecc

	VH (%)												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
<b>Despesa corrente</b>	<b>-6,3</b>	<b>-28,6</b>	<b>-34,8</b>	<b>-31,0</b>	<b>-13,6</b>	<b>-29,7</b>	<b>-11,0</b>	<b>-23,6</b>	<b>-23,1</b>	<b>-7,5</b>	<b>-8,6</b>	<b>6,0</b>	<b>-16,2</b>
Despesas com o pessoal	-3,3	-6,7	-55,6	-9,6	-13,1	-29,0	-8,6	-7,0	-2,5	-13,2	-6,5	-18,8	-15,4
Remunerações Certas e Permanentes	-3,2	-5,9	-1,0	-5,5	-9,0	-7,4	-4,0	-7,5	-0,7	-1,7	-6,6	-15,0	-6,4
Abonos Variáveis ou Eventuais	-60,8	-55,4	-26,7	-19,2	-37,1	-21,3	-5,7	-36,7	-32,8	-32,1	89,8	-61,1	-18,6
Segurança social	56,1	0,5	-96,6	2,5	-16,4	-67,0	-31,9	10,2	-11,5	-67,6	-7,9	-20,0	-43,2
Aquisição de bens e serviços correntes	-34,3	-50,5	-8,6	-37,5	-21,5	55,3	-26,7	-59,4	-60,3	-39,1	40,6	-37,4	-15,7
Aquisição de bens	-27,9	-38,5	-90,8	37,1	-17,7	213,7	-13,9	-65,8	-44,8	1,3	-31,3	-55,5	-15,1
Aquisição de serviços	-35,2	-52,0	1,9	-37,5	-23,7	-48,1	-32,8	-58,6	-64,4	-42,9	47,3	-34,7	-15,8
Juros e outros encargos	-	-	18,5	-	-	-	-100,0	-100,0	-	-	-	-	18,5
Transferências correntes	-6,4	-46,3	-39,1	-62,0	2,8	-78,6	-15,8	-44,6	-36,1	-7,5	-19,2	6,0	-18,1
Administrações Públicas	-6,4	-39,1	-7,2	-15,5	-20,9	-79,8	-	-46,5	-35,8	-7,4	-8,3	6,0	-4,3
Administração Central	-14,5	-39,1	-7,0	-15,5	-20,9	-78,6	-	-46,5	-35,8	-7,4	-10,8	-100,0	-8,5
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-5,9	-	-	-	-	-100,0	-	-	-	-	-1,0	-	-5,2
Segurança Social	-	-	-54,2	-	-	-	-	-	-	-	-	6,1	5,9
Outras transferências correntes	-100,0	-73,5	-71,5	-90,8	82,5	-30,3	-17,0	22,3	-57,2	-95,2	-50,4	-100,0	-69,8
Subsídios	-	-100,0	-99,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-99,7
Outras despesas correntes	-100,0	16,4	-41,8	-4,8	475,7	-62,2	90,6	531,2	-49,5	-	16,2	-100,0	15,8
<b>Despesa de capital</b>	<b>-21,8</b>	<b>15,9</b>	<b>559,0</b>	<b>-100,0</b>	<b>-91,3</b>	<b>-100,0</b>	<b>-90,8</b>	<b>464,4</b>	<b>-87,8</b>	<b>-</b>	<b>-11,7</b>	<b>-</b>	<b>33,8</b>
Investimento	-32,8	-32,0	-100,0	-100,0	-91,3	-100,0	-90,8	47,3	53,2	-	-92,0	-	-78,6
Transferências de capital	-21,8	584,4	642,9	-	-	-100,0	-	742,4	-100,0	-	-10,8	-	37,7
Administrações Públicas	-21,8	584,4	-	-	-	-100,0	-	-69,4	-100,0	-	-10,8	-	30,5
Administração Central	-39,9	584,4	-	-	-	-100,0	-	-69,4	-100,0	-	-10,6	-	343,3
Administração Regional	-28,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-28,7
Administração Local	-5,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0	-	-5,6
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras transferências de capital	-	-	108,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-82,1
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-41,2	-	-41,2
<b>Despesa efetiva</b>	<b>-14,8</b>	<b>-27,4</b>	<b>-21,9</b>	<b>-31,0</b>	<b>-15,8</b>	<b>-29,8</b>	<b>-12,0</b>	<b>-21,5</b>	<b>-39,1</b>	<b>-7,5</b>	<b>-8,7</b>	<b>6,0</b>	<b>-12,7</b>
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pú													

Fonte: Ministério das Finanças

## Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

### Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro)

	2011				2012				2012		2011
	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	
	Milhões €	Milhões de Euros			Grau de Execução (%)	Grau de Execução (%)			VH %	Contrib. VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>1.898,1</b>	<b>1.769,3</b>	<b>232,1</b>	<b>1.999,4</b>	<b>8,0</b>	<b>8,3</b>	<b>8,3</b>	<b>8,3</b>	<b>-6,8</b>	<b>-6,5</b>	
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	
Impostos indiretos	20,3	47,1	55,1	102,2	5,2	13,2	7,6	9,5	131,8	1,4	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	304,1	294,4	0,0	294,4	7,3	8,5	-	8,5	-3,2	-0,5	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	87,5	97,8	16,6	114,4	5,9	7,2	4,4	6,6	11,8	0,5	
Transferências Correntes	1.432,0	1.272,1	46,3	1.318,4	8,7	8,5	5,9	8,4	-11,2	-8,1	
Outros subsectores das Administrações Públicas	1.377,6	1.255,7	23,1	1.278,7	8,7	8,8	5,5	8,7	-8,8	-6,2	
União Europeia	47,5	9,2	23,0	32,1	10,3	1,9	6,3	3,8	-80,7	-1,9	
Outras transferências	7,0	7,3	0,3	7,6	4,3	4,9	2,8	4,8	4,4	0,0	
Outras Receitas Correntes	54,2	57,9	114,1	169,9	4,2	5,1	12,7	8,7	6,8	0,2	
<b>Receita de capital</b>	<b>80,5</b>	<b>33,9</b>	<b>131,6</b>	<b>165,5</b>	<b>4,1</b>	<b>1,0</b>	<b>18,1</b>	<b>6,7</b>	<b>-57,9</b>	<b>-2,4</b>	
Venda de bens de investimento	1,1	0,0	0,0	0,1	1,8	0,1	0,1	0,1	-98,1	-0,1	
Transferências de capital	76,2	33,9	127,7	161,6	4,0	1,9	19,3	6,7	-55,5	-2,1	
Outros subsectores das Administrações Públicas	35,1	22,9	126,2	149,1	7,2	6,1	32,0	19,4	-35,0	-0,6	
União Europeia	22,9	10,9	1,5	12,4	2,9	1,2	0,6	1,1	-52,5	-0,6	
Outras transferências	18,1	0,1	0,0	0,1	2,8	0,0	-	0,0	-99,2	-0,9	
<b>Receita efetiva</b>	<b>1.978,6</b>	<b>1.803,2</b>	<b>363,7</b>	<b>2.164,9</b>	<b>7,7</b>	<b>7,3</b>	<b>10,3</b>	<b>8,2</b>	<b>-8,9</b>	<b>-8,9</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>1.416,7</b>	<b>1.385,7</b>	<b>94,1</b>	<b>1.477,7</b>	<b>6,0</b>	<b>6,7</b>	<b>3,2</b>	<b>6,3</b>	<b>-2,2</b>	<b>-2,1</b>	
Despesas com o pessoal	173,9	180,8	41,0	221,8	5,4	6,9	6,0	6,7	4,0	0,5	
Aquisição de bens e serviços	500,4	484,5	21,8	506,3	5,9	6,4	2,7	6,1	-3,2	-1,1	
Juros e outros encargos	0,9	4,8	5,1	9,9	2,9	16,5	0,4	0,9	408,4	0,3	
Transferências correntes	693,9	707,0	0,4	707,3	6,3	7,4	1,4	7,4	1,9	0,9	
Outros subsectores das Administrações Públicas	36,7	39,2	0,0	39,2	3,2	5,6	-	5,6	6,9	0,2	
Outras transferências	657,2	667,7	0,4	668,1	6,7	7,5	1,4	7,5	1,6	0,7	
Subsídios	45,5	5,2	1,8	7,0	6,7	0,8	5,9	1,1	-88,5	-2,7	
Outras despesas correntes	2,1	3,4	24,1	25,4	1,6	0,9	9,2	4,6	58,4	0,1	
<b>Despesa de capital</b>	<b>56,8</b>	<b>20,5</b>	<b>132,3</b>	<b>152,7</b>	<b>2,9</b>	<b>1,7</b>	<b>7,4</b>	<b>5,1</b>	<b>-64,0</b>	<b>-2,5</b>	
Investimento	2,9	5,9	132,3	138,2	0,4	1,3	7,4	6,2	101,3	0,2	
Transferências de capital	53,8	14,5	0,0	14,5	4,6	2,0	0,0	2,0	-73,1	-2,7	
Outros subsectores das Administrações Públicas	3,7	0,0	0,0	0,0	3,2	0,0	-	0,0	-100,0	-0,3	
Outras transferências	50,1	14,5	0,0	14,5	4,7	2,2	0,0	2,2	-71,1	-2,4	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	-	0,0	389,7	0,0	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>1.473,4</b>	<b>1.406,1</b>	<b>226,4</b>	<b>1.630,4</b>	<b>5,8</b>	<b>6,4</b>	<b>4,8</b>	<b>5,5</b>	<b>-4,6</b>	<b>-4,6</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>505,2</b>	<b>397,1</b>	<b>137,3</b>	<b>534,4</b>							
<i>Por memória:</i>											
Despesas de anos anteriores	157,8	162,3	80,1	242,4							
Despesa primária	1.472,5	1.401,3	221,4	1.620,6							
Saldo primário	506,1	401,9	142,4	544,3							
Saldo corrente	481,5	383,7	138,0	521,6							
Saldo de capital	23,7	13,5	-0,7	12,8							
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	10,8	-10,8	0,0	-10,8							
<i>dos quais Receitas de:</i>											
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0							
Outros Ativos	15,2	133,5	0,0	133,5							
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-0,6	-0,4	14,5	14,0							
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	493,8	407,5	151,8	559,2							

Notas: As outras despesas correntes e outras despesas de capital estão influenciadas pelas diferenças de consolidação no subsector.

Fonte: Ministério das Finanças

Organismos com execução orçamental em falta:

#### 2011

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.

#### 2012

SFAs: Fundo de Estabilização Aduaneira

EPRs: Teatro Nacional de São João, E.P.E., PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Empresa de Meios Aereos, S.A., Metro do Porto, S.A., Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. e Arsenal do Alfeite, S.A.

## Programas Orçamentais

### Execução dos Programas Orçamentais (janeiro) (1)

€ Milhões

Designação	2012		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	2.960,4	324,2	11,0
Governação e Cultura	794,8	45,8	5,8
Finanças e Administração Pública	16.758,8	1.487,5	8,9
Gestão da Dívida Pública	8.062,5	127,6	1,6
Representação Externa	361,1	19,1	5,3
Defesa	2.109,0	99,1	4,7
Segurança Interna	1.942,1	110,7	5,7
Justiça	1.685,9	107,6	6,4
Economia e Emprego	3.561,0	152,7	4,3
Agricultura, Mar e Ambiente	2.058,9	36,1	1,8
Saúde	15.467,3	1.182,8	7,6
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6.141,3	518,4	8,4
Ciência e Ensino Superior	3.330,9	242,5	7,3
Solidariedade e Segurança Social	6.838,9	613,5	9,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>72.072,8</b>	<b>5.067,6</b>	<b>7,0</b>

Nota: (1) Valores não consolidados

Fonte: Ministério das Finanças

## Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

### Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Ótica de Compromissos (janeiro)

€ Milhões

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros			
Subsídio de investimento	0,5	1,1	120,0	0,1
Prestação de serviços	5,0	4,9	-2,0	0,0
Próprio ano	0,8	1,6	100,0	0,1
Anos anteriores	4,2	3,3	-21,4	-0,1
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	675,0	627,1	-7,1	-7,0
Transferências correntes obtidas da Administração Local	0,1	0,3	200,0	0,0
Outros proveitos operacionais	0,3	0,3	0,0	0,0
Próprio ano	0,2	0,3	50,0	0,0
Anos anteriores	0,1	0,0	-100,0	0,0
Proveitos e ganhos financeiros	0,0	0,0		0,0
Próprio ano	0,0	0,0		0,0
Anos anteriores	0,0	0,0		0,0
Outras receitas	3,9	0,2	-94,9	-0,5
Próprio ano (inclui rec. SNS)	2,9	0,2	-93,1	-0,4
Anos anteriores	1,0	0,0	-100,0	-0,1
<b>Receita cobrada</b>	<b>684,8</b>	<b>633,9</b>	<b>-7,4</b>	
Despesas com o pessoal	71,4	67,9	-4,9	-0,5
Compras	3,4	1,9	-44,1	-0,2
Fornecimentos e serviços	7,6	5,6	-26,3	-0,3
Subcontratos	557,8	510,1	-8,6	-7,4
Produtos vendidos em farmácias	111,5	112,5	0,9	0,2
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	42,2	36,6	-13,3	-0,9
Parcerias Público-Privadas				0,0
Outros subcontratos	25,3	10,1	-60,1	-2,3
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	378,8	350,9	-7,4	-4,3
Imobilizações	2,1	5,0	138,1	0,4
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	4,7	2,8	-40,4	-0,3
<b>Despesa paga do ano e de anos anteriores</b>	<b>647,0</b>	<b>593,3</b>	<b>-8,3</b>	
<b>Saldo</b>	<b>37,8</b>	<b>40,6</b>		

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem à despesa total do ano.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

## Administração Regional

### Execução Orçamental da Administração Regional

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores				R. Autónoma da Madeira				Administração Regional			
	Ano	IV TR	IV TR	VH (%)	Ano	IV TR	IV TR	VH (%)	Ano	IV TR	IV TR	VH (%)
	2010	2010	2011		2010	2010	2011		2010	2010	2011	
<b>Receita corrente</b>	<b>687,1</b>	<b>688,2</b>	<b>714,6</b>	<b>3,8</b>	<b>985,3</b>	<b>986,2</b>	<b>1.014,9</b>	<b>2,9</b>	<b>1.672,5</b>	<b>1.674,4</b>	<b>1.729,5</b>	<b>3,3</b>
Impostos directos	180,7	180,7	192,1	6,3	289,6	289,6	258,8	-10,6	470,3	470,4	450,9	-4,1
<i>dos quais:</i>												
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	149,0	149,0	145,9	-2,1	197,7	197,7	183,0	-7,4	346,7	346,7	328,9	-5,1
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	31,7	31,7	46,1	45,4	91,7	91,7	72,0	-21,5	123,4	123,5	118,1	-4,4
Impostos indirectos	294,0	294,0	309,8	5,4	394,0	393,4	408,4	3,8	688,0	687,4	718,1	4,5
<i>dos quais:</i>												
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	176,2	176,2	193,0	9,5	253,3	252,8	266,7	5,5	429,5	428,9	459,8	7,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,4	4,4	4,8	9,1	6,2	6,2	6,3	1,6	10,6	10,6	11,1	4,7
Taxas, Multas e Outras Penalidades	17,5	17,4	18,5	6,3	27,5	27,5	23,4	-14,9	45,0	44,9	41,9	-6,7
Rendimentos da Propriedade	2,1	2,1	2,6	23,8	2,5	2,4	4,3	79,2	4,6	4,5	6,9	53,3
Transferências Correntes	164,6	164,5	167,1	1,6	250,6	251,2	285,6	13,7	415,1	415,8	452,7	8,9
Administração Central - Estado	149,5	149,5	146,0	-2,3	204,2	204,8	242,2	18,3	353,7	354,2	388,2	9,6
Outros subsectores das AP	12,9	12,9	13,1	1,6	15,9	16,0	16,0	0,0	28,8	28,9	29,0	0,3
Resto do mundo	2,2	2,2	7,4	236,4	30,4	30,4	27,3	-10,2	32,6	32,6	34,8	6,7
Outras transferências	0,0	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,0	-100,0	0,1	0,1	0,7	600,0
Venda de bens e serviços correntes	20,1	14,6	15,3	4,8	7,7	7,8	9,4	20,5	27,8	22,4	24,7	10,3
Reposições não abatidas nos pagamentos	1,7	1,7	2,3	35,3	4,8	4,8	1,1	-77,1	6,5	6,5	3,4	-47,7
Outras receitas correntes	2,0	8,7	2,2	-74,7	2,4	3,2	17,7	453,1	4,4	12,0	19,9	65,8
<b>Receita de capital</b>	<b>352,5</b>	<b>352,6</b>	<b>318,7</b>	<b>-9,6</b>	<b>119,4</b>	<b>117,8</b>	<b>64,8</b>	<b>-45,0</b>	<b>472,0</b>	<b>470,4</b>	<b>383,4</b>	<b>-18,5</b>
Venda de Bens de Investimento	30,1	30,1	0,3	-99,0	1,5	0,6	0,1	-83,3	31,5	30,6	0,5	-98,4
Transferências de Capital	322,4	322,5	318,2	-1,3	114,0	113,3	64,4	-43,2	436,4	435,8	382,6	-12,2
Administração Central - Estado	213,0	213,1	206,2	-3,2	71,1	71,1	8,4	-88,2	284,0	284,1	214,5	-24,5
Outros subsectores das AP	0,1	0,1	0,4	300,0	3,2	3,1	4,4	41,9	3,3	3,2	4,8	50,0
Resto do mundo	109,3	109,3	111,6	2,1	39,1	38,1	51,5	35,2	148,4	147,5	163,0	10,5
Outras transferências	0,0	0,0	0,2	0,0	0,6	1,0	0,1	-90,0	0,7	1,0	0,2	-80,0
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,1	0,0	4,0	4,0	0,3	-92,5	4,0	4,0	0,3	-92,5
<b>Receita Efetiva</b>	<b>1.039,6</b>	<b>1.040,8</b>	<b>1.033,3</b>	<b>-0,7</b>	<b>1.104,8</b>	<b>1.104,0</b>	<b>1.079,7</b>	<b>-2,2</b>	<b>2.144,4</b>	<b>2.144,8</b>	<b>2.113,0</b>	<b>-1,5</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>886,2</b>	<b>874,4</b>	<b>860,2</b>	<b>-1,6</b>	<b>995,7</b>	<b>991,1</b>	<b>951,2</b>	<b>-4,0</b>	<b>1.881,9</b>	<b>1.865,6</b>	<b>1.811,4</b>	<b>-2,9</b>
Despesas com o pessoal	386,3	387,9	375,9	-3,1	409,5	409,1	389,3	-4,8	795,8	797,0	765,2	-4,0
Aquisição de bens e serviços	165,4	176,0	167,6	-4,8	203,5	201,3	179,4	-10,9	368,9	377,3	347,0	-8,0
Juros e outros encargos	9,3	9,3	13,6	46,2	41,8	41,8	43,1	3,1	51,1	51,0	56,7	11,2
Transferências	254,8	234,3	242,1	3,3	293,5	292,4	294,5	0,7	548,2	526,7	536,6	1,9
Subsectores das AP	6,0	1,4	7,3	421,4	0,4	0,4	0,5	25,0	6,4	1,8	7,8	333,3
Outras transferências	248,8	232,9	234,8	0,8	293,0	292,0	294,0	0,7	541,8	524,9	528,8	0,7
Subsídios	47,4	53,9	47,3	-12,2	24,9	24,2	25,4	5,0	72,3	78,1	72,7	-6,9
Outras despesas correntes	23,0	13,0	13,6	4,6	22,6	22,5	19,5	-13,3	45,6	35,5	33,1	-6,8
<b>Despesa de Capital</b>	<b>231,0</b>	<b>222,6</b>	<b>196,3</b>	<b>-11,8</b>	<b>188,1</b>	<b>188,0</b>	<b>124,4</b>	<b>-33,8</b>	<b>419,1</b>	<b>410,6</b>	<b>320,7</b>	<b>-21,9</b>
Aquisição de bens de capital	126,0	120,2	88,5	-26,4	135,1	134,5	94,2	-30,0	261,1	254,7	182,7	-28,3
Transferências	104,3	101,8	107,4	5,5	53,0	53,5	30,2	-43,6	157,3	155,3	137,6	-11,4
Subsectores das AP	22,1	13,5	14,1	4,4	22,3	22,3	5,0	-77,6	44,4	35,8	19,1	-46,6
Outras transferências	82,2	88,3	93,3	5,7	30,7	31,1	25,2	-19,0	112,9	119,5	118,5	-0,8
Outras despesas de capital	0,6	0,6	0,4	-33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6	0,4	-33,3
<b>Despesa efetiva</b>	<b>1.117,2</b>	<b>1.097,0</b>	<b>1.056,4</b>	<b>-3,7</b>	<b>1.183,8</b>	<b>1.179,2</b>	<b>1.075,6</b>	<b>-8,8</b>	<b>2.301,0</b>	<b>2.276,2</b>	<b>2.132,1</b>	<b>-6,3</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-77,5</b>	<b>-56,3</b>	<b>-23,2</b>		<b>-79,0</b>	<b>-75,1</b>	<b>4,1</b>		<b>-156,5</b>	<b>-131,4</b>	<b>-19,1</b>	
<i>Por memória:</i>												
Despesa primária	1.107,8	1.087,8	1.042,9	-4,1	1.142,0	1.137,4	1.032,5	-9,2	2.249,9	2.225,2	2.075,3	-6,7
Saldo primário	-68,2	-47,0	-9,6		-37,3	-33,4	47,2		-105,5	-80,4	37,6	
Saldo corrente	-199,1	-186,2	-145,6		-10,4	-5,0	63,7		-209,4	-191,2	-81,9	
Saldo de capital	121,6	130,0	122,4		-68,7	-70,2	-59,6		52,9	59,8	62,8	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-3,5	-3,8	0,6		6,3	6,3	7,4		2,8	2,4	8,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-69,2	50,0	23,0		94,8	94,8	5,6		25,6	144,8	28,6	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-143,2	-2,5	-0,7		9,5	13,4	2,3		-133,7	10,9	1,6	

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

## Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a dezembro)

€ Milhões

	Ano	Universo Real		Universo Comparável		VH (%)	Contrib. VH (pp)
		IV TR		IV TR			
		2010	2011	2010	2011		
<b>Receita corrente</b>	<b>5.755,0</b>	<b>5.755,0</b>	<b>5.577,3</b>	<b>5.673,4</b>	<b>5.498,2</b>	<b>-3,1</b>	<b>-2,5</b>
Impostos diretos	2.146,0	2.146,0	2.099,0	2.131,8	2.068,1	-3,0	-0,9
Imposto Municipal sobre Transmissões	611,0	610,2	498,9	606,2	495,9	-18,2	-1,5
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.088,9	1.089,6	1.159,0	1.081,9	1.139,4	5,3	0,8
Imposto Municipal sobre Veículos	167,5	167,4	182,0	165,6	179,1	8,2	0,2
Derrama	264,0	264,0	250,7	263,3	245,3	-6,9	-0,3
Outros	14,7	14,7	8,3	14,7	8,3	-43,5	-0,1
Impostos indiretos	157,2	157,5	132,8	156,9	131,9	-15,9	-0,4
Taxas, Multas e Outras Penalidades	223,7	223,3	232,0	221,3	230,6	4,2	0,1
Rendimentos da Propriedade	256,7	255,1	254,0	250,4	250,3	0,0	0,0
Transferências Correntes	2.197,6	2.195,1	2.090,3	2.144,7	2.061,8	-3,9	-1,2
Lei das Finanças Locais	1.725,5	1.725,2	1.624,2	1.685,1	1.608,1	-4,6	-1,1
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.182,4	1.181,2	1.098,8	1.146,3	1.091,6	-4,8	-0,8
Fundo Social Municipal	160,1	161,4	151,0	158,8	148,8	-6,3	-0,1
Participação IRS	383,0	382,6	374,5	380,0	367,7	-3,2	-0,2
Outros subsectores das AP	428,5	428,3	413,2	418,5	401,0	-4,2	-0,2
Resto do mundo	16,3	16,6	22,7	16,1	22,6	40,2	0,1
Outras transferências	27,3	25,0	30,1	25,0	30,1	20,3	0,1
Venda de bens e serviços correntes	700,0	699,8	693,9	690,9	683,8	-1,0	-0,1
Reposições não abatidas nos pagamentos	8,6	8,6	13,1	8,6	12,3	42,9	0,1
Outras receitas correntes	65,2	69,4	62,1	68,9	59,4	-13,7	-0,1
<b>Receita de capital</b>	<b>1.492,4</b>	<b>1.491,3</b>	<b>1.575,1</b>	<b>1.448,4</b>	<b>1.563,6</b>	<b>8,0</b>	<b>1,6</b>
Venda de Bens de Investimento	117,1	117,4	82,6	116,6	82,6	-29,1	-0,5
Transferências de Capital	1.353,9	1.352,2	1.474,9	1.310,5	1.463,4	11,7	2,1
Lei das Finanças Locais	771,7	770,5	712,6	748,2	708,1	-5,4	-0,6
Fundo de Equilíbrio Financeiro	771,7	770,5	712,6	748,2	708,1	-5,4	-0,6
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros subsectores das AP	118,1	117,9	96,5	116,4	91,1	-21,8	-0,4
Resto do mundo	452,5	452,5	650,9	434,6	649,5	49,4	3,0
Outras transferências	11,5	11,3	14,8	11,3	14,7	30,2	0,0
Outras receitas de capital	21,5	21,6	17,5	21,3	17,5	-17,9	-0,1
<b>Receita Efetiva</b>	<b>7.247,4</b>	<b>7.246,2</b>	<b>7.152,4</b>	<b>7.121,9</b>	<b>7.061,8</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,8</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>4.968,4</b>	<b>4.968,3</b>	<b>4.955,5</b>	<b>4.891,5</b>	<b>4.882,1</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,1</b>
Despesas com o pessoal	2.422,2	2.422,1	2.327,3	2.384,0	2.299,3	-3,6	-1,2
Aquisição de bens e serviços	1.703,9	1.703,9	1.761,7	1.676,8	1.730,0	3,2	0,8
Juros e outros encargos	104,3	104,4	138,1	101,9	137,7	35,1	0,5
Transferências	489,5	489,5	471,2	482,5	462,1	-4,2	-0,3
Subsectores das AP	217,0	217,0	218,2	215,2	213,2	-0,9	0,0
Outras transferências	272,5	272,6	253,0	267,2	248,9	-6,9	-0,3
Subsídios	149,3	149,3	162,6	148,2	161,7	9,1	0,2
Outras despesas correntes	99,2	99,1	94,5	98,1	91,3	-6,9	-0,1
<b>Despesa de Capital</b>	<b>2.213,6</b>	<b>2.213,3</b>	<b>1.995,2</b>	<b>2.170,6</b>	<b>1.983,6</b>	<b>-8,6</b>	<b>-2,6</b>
Aquisição de bens de capital	1.769,4	1.769,1	1.628,0	1.732,2	1.621,4	-6,4	-1,6
Transferências	376,3	376,5	330,4	371,0	325,4	-12,3	-0,6
Subsectores das AP	162,5	162,5	143,3	159,7	139,5	-12,7	-0,3
Outras transferências	213,8	213,9	187,1	211,3	185,9	-12,0	-0,4
Outras despesas de capital	67,9	67,8	36,8	67,4	36,8	-45,5	-0,4
<b>Despesa efetiva</b>	<b>7.182,0</b>	<b>7.181,6</b>	<b>6.950,7</b>	<b>7.062,1</b>	<b>6.865,7</b>	<b>-2,8</b>	<b>-2,8</b>
<b>Saldo global</b>	<b>65,5</b>	<b>64,6</b>	<b>201,7</b>	<b>59,7</b>	<b>196,1</b>		
<i>Por memória:</i>							
Despesa primária	7.077,6	7.077,2	6.812,6	6.960,2	6.728,0	-3,3	-3,3
Saldo primário	169,8	169,0	339,8	161,7	333,8		
Saldo corrente	786,6	786,7	621,8	781,9	616,1		
Saldo de capital	-721,2	-722,1	-420,1	-722,2	-420,0		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	19,4	18,9	15,5	18,9	15,5		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-51,1	-52,6	-136,0	-47,4	-132,6		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-5,0	-6,8	50,2	-6,6	48,0		
Taxa de particip. financiam. comunitário	25,6%	25,6%	40,0%	25,1%	40,1%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

Universo completo: 308 Municípios

Universo comparável: 300 Municípios

**2010 (Univ. Real)**

jan-dez (IV TR 2010): 307 Mun; Faltosos: Amadora.

jan-dez (Ano): 308 Mun.

**2011 (Univ. Real)**

jan-dez: 301 Mun; Faltosos: Alijó, Crato, Mértola, Mirandela, Montalegre, Paços de Ferreira, Portalegre.

## Execução Orçamental da Segurança Social

### Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro)

€ Milhões

	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	
<b>Receita corrente</b>	<b>1.993,8</b>	<b>2.016,4</b>	<b>8,5</b>	<b>8,5</b>	<b>0,7</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>
Contribuições e quotizações	1.292,7	1.272,1	9,4	9,2	2,6	-1,6	-1,0
IVA Social	59,6	59,9	8,3	8,3	3,8	0,5	0,0
Transferências correntes da Administração Central	572,9	611,1	8,2	8,9	-5,4	6,7	1,9
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	560,1	538,1	8,3	8,3	-4,9	-3,9	-1,1
Transferências do Fundo Social Europeu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras receitas correntes	68,6	73,4	7,2	6,6	20,3	7,0	0,2
<b>Receita de capital</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0</b>	<b>1,9</b>	<b>-100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Venda de Bens de Investimento	0,0	0,5	0,0	2,5	-100,0	-	-
Transferências do Orçamento de Estado	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
<b>Receita Efetiva</b>	<b>1.993,8</b>	<b>2.016,9</b>	<b>8,5</b>	<b>8,5</b>	<b>0,7</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>1.682,9</b>	<b>1.787,7</b>	<b>6,6</b>	<b>7,4</b>	<b>4,1</b>	<b>6,2</b>	<b>6,2</b>
Pensões	1.016,9	1.059,3	7,1	7,3	2,6	4,2	2,5
Sobrevivência	138,5	144,2	7,1	7,7	-3,8	4,1	0,3
Invalidez	100,5	100,9	7,2	7,4	-1,6	0,4	0,0
Velhice	777,8	813,6	7,0	7,3	4,5	4,6	2,1
Beneficiários dos antigos combatentes	0,1	0,7	0,0	2,2	-66,5	549,9	0,0
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	0,0	56,2	0,0	100,0	-	-	-
Subsídio familiar a crianças e jovens	65,3	61,7	9,7	9,4	-16,8	-5,4	-0,2
Subsídio por doença	40,4	34,4	9,0	8,1	62,1	-14,7	-0,4
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	166,2	192,1	7,9	9,4	-6,6	15,6	1,5
Complemento Solidário para Idosos	22,5	22,8	8,3	8,3	4,0	1,4	0,0
Outras prestações	65,1	64,7	7,8	8,3	21,5	-0,5	0,0
Ação social	121,0	120,3	7,8	6,5	-0,5	-0,5	0,0
Rendimento Social de Inserção	35,2	33,7	8,5	9,1	-23,9	-4,2	-0,1
Administração	21,9	19,0	6,5	5,5	-10,1	-13,4	-0,2
Outras despesas correntes	50,7	45,6	8,5	15,9	-6,9	-10,1	-0,3
<i>dos quais:</i>							
Transferências e subsídios correntes	50,7	45,6	8,5	7,8	-6,9	-10,1	-0,3
Ações de Formação Profissional	77,8	77,8	5,6	4,8	235,4	0,0	0,0
<i>dos quais:</i>							
Com suporte no Fundo Social Europeu	51,3	61,6	4,4	4,5	22.904,5	20,0	0,6
<b>Despesa de Capital</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>2,9</b>	<b>1,7</b>	<b>15,2</b>	<b>-48,5</b>	<b>0,0</b>
PIDDAC	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras	0,6	0,3	3,4	1,2	15,2	-48,5	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>1.683,5</b>	<b>1.788,0</b>	<b>7,3</b>	<b>7,6</b>	<b>4,1</b>	<b>6,2</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>310,3</b>	<b>228,9</b>					
<i>Por memória:</i>							
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	60,1	216,3					
Alienação de partes de Capital		0,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	250,2	12,7					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

## Dívida não Financeira da Administração Pública

Encargos assumidos e não pagos, da Administração Central, em final de janeiro de 2012

€ Milhões

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	5	1	7	1	8	2	-1	1	-0	1
Presidência do Conselho de Ministros	13	1	14	0	15	2	0	2	0	2
Finanças	4	8	11	0	12	2	3	5	-2	3
Negócios Estrangeiros	1	0	1	0	1	-0	-45	-45	0	-45
Defesa Nacional	25	1	26	9	35	-2	0	-2	9	7
Administração Interna	18	0	18	6	24	-6	0	-6	4	-2
Justiça	71	16	87	2	89	5	0	5	2	8
Economia e Emprego	33	20	53	6	59	22	-58	-36	6	-30
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	20	117	137	3	140	-12	-43	-55	1	-54
Saúde	6	1	6	0	7	-2	0	-2	-0	-2
Educação e Ciência	151	6	157	9	166	121	2	123	-8	114
Solidariedade e Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>348</b>	<b>171</b>	<b>519</b>	<b>37</b>	<b>556</b>	<b>130</b>	<b>-140</b>	<b>-10</b>	<b>11</b>	<b>1</b>

Nota: Definições de acordo com a Circular Série A n.º 1364 da Direcção-Geral do Orçamento. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Fonte: Ministério das Finanças

### Encargos assumidos e não pagos a entidades fora das AP (Stock)

€ Milhões

Subsector	2011	2012
	dezembro	janeiro
Administração Central	535	519
Administração Regional	2.063	
Administração Local	3.185	

Nota: Os valores referentes à Administração Local correspondem ao universo em Contas Nacionais (Municípios, Freguesias, Empresas Municipais, Associações de Municípios, etc.);

Os dados referentes à Região Autónoma do Açores incluem o Setor Empresarial Regional a partir do mês de maio;

Os dados referentes à Região Autónoma da Madeira foram revistos por incorporação de informação atualizada

e incluem o Setor Empresarial Regional a partir do mês de agosto;

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

### Pagamentos em atraso 2011 (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

€ Milhões

Subsector	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
<b>Administrações Públicas</b>							
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	312	309	274	314	351	325	162
Subsector da Saúde	346	407	362	385	421	428	363
Entidades públicas reclassificadas	58	86	94	99	84	77	67
Administração Regional	923	969	972	998	1.080	1.161	1.158
Administração Local	1.715	1.708	1.717	1.726	1.684	1.660	1.605
Total	3.355	3.478	3.419	3.522	3.620	3.651	3.292
Total consolidado	3.181	3.283	3.262	3.338	3.433	3.492	3.190
<b>Outras Entidades</b>							
Empresas públicas não reclassificadas	13	11	11	8	10	14	18
Hospitais EPE	1.718	1.941	1.988	2.047	2.110	2.120	2.055
<b>Administrações Públicas e outras entidades - Total</b>	<b>4.912</b>	<b>5.236</b>	<b>5.261</b>	<b>5.393</b>	<b>5.552</b>	<b>5.626</b>	<b>5.263</b>

Nota: Conceito de acordo com a definição do Decreto-Lei nº 65-A de 17 de maio de 2011; As revisões de valores decorrem da actualização dos dados.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

## Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

### Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (janeiro)

€ Milhões

	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	
<b>Receita corrente</b>	<b>806,5</b>	<b>763,4</b>	<b>8,7</b>	<b>9,7</b>	<b>7,4</b>	<b>-5,4</b>	<b>-5,2</b>
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	304,1	294,4	7,1	8,5	7,3	-3,2	-1,2
Quotas e contribuições para a CGA	261,8	251,1	7,5	8,6	13,4	-4,1	-1,3
Compensação por pagamento de pensões	42,3	43,3	5,6	7,7	-19,4	2,3	0,7
Subsectores das Administrações Públicas	36,9	39,6	7,3	7,8	0,4	7,3	0,3
Outras entidades	5,4	3,7	1,6	7,2	-65,7	-31,3	-0,2
Transferências Correntes	502,0	468,3	10,5	11,1	7,4	-6,7	-4,1
Orçamento do Estado	502,0	467,3	10,5	11,1	7,5	-6,9	-4,2
Comparticipação do Orçamento do Estado	480,0	450,0	10,7	11,3	6,7	-6,3	-3,6
Compensação por pagamento de pensões	22,0	17,3	6,9	7,0	28,5	-21,5	-0,6
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	12,1	12,1	7,2	7,0	1,7	0,0	0,0
Subvenções vitalícias	0,8	0,6	7,2	7,0	-6,3	-26,7	0,0
Pensões de preço de sangue	2,4	2,4	7,4	8,1	-0,8	-2,1	0,0
Outras	6,8	2,3	5,2	6,2	234,8	-66,1	-0,5
Adicional ao IVA	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Outras transferências correntes	0,0	1,0	5,7	14,7	-100,0	-	-
Outras receitas correntes	0,4	0,6	0,3	0,4	-38,8	60,9	0,0
<b>Receita de capital</b>	<b>17,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	-	-	-
Transferências de Capital	17,4	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras entidades	17,4	0,0	0,0	0,0	-	-	-
<b>Receita Efectiva</b>	<b>823,9</b>	<b>763,4</b>	<b>8,1</b>	<b>9,2</b>	<b>9,7</b>	<b>-7,3</b>	<b>-7,3</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>613,8</b>	<b>638,6</b>	<b>7,3</b>	<b>8,0</b>	<b>0,9</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>
Despesas com o pessoal	1,1	0,6	7,4	6,9	5,7	-46,9	-0,1
Aquisição de bens e serviços	1,0	0,8	1,9	2,4	-55,0	-22,2	0,0
Juros e outros encargos	0,1	0,1	0,3	1,4	-42,2	17,6	0,0
Transferências	610,7	636,8	7,4	8,0	1,0	4,3	4,3
Pensões e abonos da responsabilidade de:							
Caixa Geral de Aposentações	549,1	575,1	7,4	8,0	2,6	4,7	4,2
Orçamento do Estado	17,0	16,3	6,7	6,8	-0,6	-4,4	-0,1
Outras entidades	44,6	45,4	7,3	8,1	-15,4	1,9	0,1
Outras transferências correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-100,0	-
Outras despesas correntes	1,0	0,4	16,0	11,1	554,3	-62,0	-0,1
<b>Despesa de Capital</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	-	-	-	-
<b>Despesa efectiva</b>	<b>613,8</b>	<b>638,6</b>	<b>7,2</b>	<b>8,0</b>	<b>0,9</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>
<b>Saldo global</b>	<b>210,1</b>	<b>124,8</b>					
<i>Por memória:</i>							
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	17,4	0,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	192,7	124,8					

Fonte: Ministério das Finanças

## Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

### Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas			
<b>2011</b>													
janeiro	366.454	75.294	137.201	943	578.949	3,4	-0,2	1,2	21,8	2,4	1.054,8	-1,4	
fevereiro	367.405	75.245	137.175	997	579.825	3,5	-0,2	1,2	-7,6	2,5	1.064,1	0,0	
março	368.060	75.259	137.262	1.028	580.581	3,4	-0,2	1,3	10,5	2,4	1.065,4	1,0	
abril	369.377	75.202	137.387	1.046	581.966,0	3,5	-0,2	1,3	3,1	2,5	1.076,8	0,9	
maio	370.735	75.122	137.484	928	583.341	3,7	-0,4	1,3	-4,5	2,6	1.071,9	1,2	
junho	371.900	75.054	137.599	832	584.553	3,8	-0,5	1,1	-6,5	2,6	1.068,9	0,9	
julho	372.999	75.071	137.790	780	585.860	3,7	-0,5	1,0	-7,8	2,5	2.083,4	1,0	
agosto	373.734	75.049	138.030	794	586.813	3,7	-0,5	1,2	1,9	2,5	1.071,3	0,9	
setembro	374.535	75.050	137.955	795	587.540	3,7	-0,4	1,0	-14,6	2,5	1.078,1	1,8	
outubro	375.203	75.065	137.932	812	588.200	3,7	-0,4	0,9	-8,8	2,5	1.083,7	0,9	
novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1	
dezembro	377.747	75.382	138.648	896	591.777	3,5	0,1	1,1	12,7	2,5	1.087,1	1,4	
<b>2012</b>													
janeiro	378.477	75.381	138.644	912	592.502	3,3	0,1	1,1	-3,3	2,3	1.074,8	1,9	

### Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)	Subscritores		
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total				Número	VH (%)	
<b>2011</b>												
janeiro	1.397	80	355	350	315	2.497	39,5	1.359	1,1	583.762	-3,6	
fevereiro	1.167	38	205	186	303	1.899	26,5	1.531	28,0	581.398	-4,0	
março	929	53	203	256	256	1.697	-17,3	1.338	19,5	579.220	-4,3	
abril	1.183	80	317	184	542	2.306	26,9	1.146	0,3	577.475	-4,1	
maio	960	77	288	204	677	2.206	26,3	1.116	-3,4	575.707	-4,0	
junho	861	64	252	173	579	1.929	5,0	1.138	-4,9	573.111	-4,4	
julho	933	80	257	212	414	1.896	-3,0	1.188	0,3	571.391	-4,4	
agosto	858	49	198	97	305	1.507	-14,3	1.307	-2,9	569.389	-4,5	
setembro	902	59	238	139	259	1.597	7,0	1.399	10,4	565.374	-4,7	
outubro	741	51	182	228	293	1.495	-5,4	1.342	-2,5	563.589	-4,7	
novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1	561.570	-4,7	
dezembro	1.315	100	258	138	456	2.267	-9,9	1.379	12,1	559.164	-4,6	
<b>2012</b>												
janeiro	1.031	67	181	156	206	1.641	-34,3	1.483	9,1	n.d	-	

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

### A

**Ativos financeiros (receita)** – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

**Ativos financeiros (despesa)** – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

**Administrações Públicas** – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

**Bens e serviços correntes** – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

**Cativação (ou congelamento)** - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

**Contabilidade Pública (ótica da)** - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

**Contribuição VH pp.** - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

### D

**Despesa corrente primária** - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

#### **Despesa efetiva**

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

**Restantes subsectores** - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

**Despesa primária** - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

**Despesa com pessoal** – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

**Dotação corrigida** – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

### E

**Estado – (em sentido estrito)** Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

**Execução orçamental** – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

## Glossário

### F

**Financiamento Nacional** – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida (exclui as receitas provenientes de fundos comunitários).

**Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)** - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

**Fundo Social Europeu (FSE)** – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

### G

**Grau de execução** – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos.

### I

**Impostos diretos** – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

**Impostos indiretos** – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

### O

**Outra despesa corrente** – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

**Padrão de segurança da despesa** - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

**Passivos financeiros (receita)** - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

**Passivos financeiros (despesa)** - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avals ou garantias (*vide* Classificador Económico).

**Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC** – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

**Programa orçamental** – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (*vide* artigo 19º da LEO).

### Q

**Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

**Receita consignada** – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

**Receita efetiva**

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

**Restantes subsectores** - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

**Receita própria** – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

**Receitas correntes** - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

**Receitas fiscais** – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

**Remunerações certas e permanentes** – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

**Reposições não abatidas nos pagamentos** – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

**Rubrica de classificação económica** – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

**Saldo Corrente** - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

**Saldo Capital** - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

**Saldo global** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

**Saldo Primário** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

**Saldo orçamental** – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

**Serviços e Fundos Autónomos (SFA)** - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excepcional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas cofinanciadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

**Subsídios** – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

**Transferências correntes** – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

**Transferências de capital** – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).

**VH - Taxa de variação homóloga** - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.